

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3 - Tel. 779825 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

APLICAR AS DECISÕES DO CONGRESSO LEVAR ÀS MASSAS O NOSSO PROGRAMA

Uma página memorável da história do PCP acaba de virar-se com a realização do seu VII Congresso (Extraordinário), o primeiro na legalidade desde o 28 de Maio. Trata-se dum acto de alcance político na conjuntura nacional actual, com projecção imediata no processo democrático iniciado em 25 de Abril e no seu desenvolvimento ulterior.

A sua justificação: actualizar o Programa e os Estatutos e tornar pública, pela primeira vez, a composição dos organismos superiores do Partido — exigências resultantes da nova situação política do país e da necessidade de legalizar a existência e as normas de actividade dos partidos políticos.

Interessa assinalar que o PCP foi constituído e já fora legalizado em 1921. Foi o Estado Novo, nas suas primeiras medidas de supressão violenta das liberdades, que o ilegalizou. A noite fascista de quase meio século foi, contudo, impotente para suprimir a sua actividade e impedir de afirmar-se como único e grande partido da classe operária portuguesa.

Uma difícil existência clandestina, constantemente sob o fogo da repressão fascista, mas sem soluções de continuidade. As próprias fases de 1929 e 1940/41, pontos críticos na vida do Partido, foram também pontos de arranque das suas forças mais sãs para a construção duma verdadeira vanguarda leninista do proletariado português.

A legalização dos partidos políticos que vai agora processar-se numa situação transitória para a democracia é uma formalidade necessária e que naturalmente o PCP vai submeter-se. Sendo uma exigência jurídica ela reveste-se duma inegável significação política: o VII congresso, a sua própria realização aberta, todo o conteúdo dos seus debates e decisões fundamentais — a que deve acrescentar-se a de suprimir as emissões da RPL (Rádio Portugal Livre) — demonstram a disposição inequívoca do Partido de contribuir para a institucionalização da legalidade democrática e de a respeitar e defender.

Quer dizer, um «velho» partido sai duma longa clandestinidade e põe ao Sol a sua verdadeira natureza e os seus objectivos mediatos e imediatos.

O Partido que o Congresso revelou aos olhos do nosso povo é um partido profundamente enraizado nas massas, genuinamente representativo da classe trabalhadora e dos estratos sociais mais amplos da população portuguesa e das diversas regiões do País. Vindos do Minho ao

Algarve participaram nos trabalhos cerca de 1000 delegados dos quais 515 operários industriais e agrícolas; 238 empregados; 20 camponeses; 120 intelectuais; 54 estudantes e 53 oriundos de outras camadas ou sectores da população. O Congresso foi, afinal, a própria imagem do Partido — um «velho» partido cheio de juventude (em cada 100 delegados cerca de 45 tinham menos de 30 anos e cerca de 77 menos de

40) e com uma razoável representação feminina (12,5 em cada cem dos congressistas).

«Reforço do Estado Democrático e Defesa das Liberdades»; «Defesa da Estabilidade Económica e Financeira com Vista ao Desenvolvimento»; «Perseguição da Descolonização» — eis as consignas fundamentais da plataforma que informam o processo da democratização nacional, nesta fase transitória que se

estenderá até à eleição duma Assembleia Constituinte. Para a sua realização é preciso unir estreitamente o nosso povo, reforçar a unidade das forças democráticas, desbloquear os caminhos dum necessário e amplo entendimento — exactamente na base da plataforma política, o que significaria a realização integral do Programa do Movimento das Forças Armadas à luz de condições que não são estáticas e se vão precisando e

modificando a cada passo por efeito da resistência das forças conservadoras e da consequente e necessária dinamização da luta popular em defesa das liberdades e direitos alcançados. Sobre tudo, o reforço da aliança com o MFA, que é a pedra angular do avanço para a democracia para hoje e para amanhã. Como disse Alvaro Cunhal no seu discurso de apresentação das emendas ao Programa: «Na luta de hoje para defender e consolidar as liberdades, na luta de amanhã para instaurar um regime democrático, é indispensável prosseguir consequentemente uma política de unidade e de alianças».

«A quebra da unidade e das alianças existentes conduziria a curto prazo à derrota da democracia. Reforçar a unidade e as alianças é assegurar o caminho para a vitória.»

A realização do VII Congresso dá uma resposta convincente a aqueles que pensam que é possível edificar a democracia em Portugal com exclusão dos comunistas. Sem a participação activa do PCP ao lado das outras forças democráticas não se pode avançar no processo democrático, não se podem vencer as armadilhas e maneios dos inimigos da democracia desprezando a serenidade,

a responsabilidade e a capacidade de resposta dos comunistas portugueses.

Somos um partido responsável — um partido de Governo. Nele trabalhamos de maneira responsável e fora dele intervimos decisivamente na mobilização das massas populares e na luta política pela libertação da descolonização, pela elevação das condições de vida do nosso povo.

A «plataforma» saída do VII Congresso do PCP não é um simples documento político — é um guia para a acção dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores. É preciso que as grandes decisões políticas do nosso Congresso se insiram profundamente na luta das massas populares por uma vida melhor, pela democracia, pelo fim do colonialismo, por relações de amizade e cooperação pacífica com todos os povos do mundo.

Encontrar formas de adequação e de aplicação prática das decisões do Congresso a cada situação concreta é a tarefa mais importante e imediata dos comunistas. Levamos o Programa do Partido às massas, dizemos: «Tomai-o nas vossas mãos, fazei dele o vosso programa!» — eis o passo necessário na sequência do Congresso.

Rádio Portugal Livre

MISSÃO CUMPRIDA

Tendo em conta as novas possibilidades e meios de acção de que o Partido e as forças democráticas podem dispor, desde o 25 de Abril; tendo em conta a nova situação criada no País com a institucionalização das liberdades democráticas, designadamente a liberdade de palavra, de imprensa e de expressão do pensamento sob todas as formas — Rádio Portugal Livre anunciou a suspensão das suas emissões, considerando que os objectivos fundamentais pelos quais desenvolveu durante 12 anos consecutivos a sua actividade podem ser neste momento defendidos por outras formas, em melhores condições.

A criação de Rádio Portugal Livre e a sua manutenção ininterrupta, desde o dia 12 de Março de 1962, foi uma grande vitória do Partido Comunista Português.

Durante todos estes anos, diariamente RPL penetrou em milhares e milhares de casas, despertando a consciência revolucionária, indicando às massas o caminho da luta, encorajando-as, incentivando-as à acção organizada.

Durante todos estes anos RPL foi uma poderosa arma ao serviço do Povo Português, dando uma contribuição da maior importância para a criação das condições que permitiram o derrubamento da ditadura fascista.

Através de RPL o país inteiro, nos negros anos da noite fascista, era informado de centenas e centenas de pequenas e gran-

des lutas dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos militares, lutas que foram um poderoso incentivo à organização e preparação das massas para o combate ao fascismo.

Através de RPL o povo inteiro tomava conhecimento rapidamente dos novos passos dados pelas forças democráticas no caminho dum reforço da sua unidade e da intensificação de acções comuns contra a ditadura fascista.

Através de RPL foram largamente popularizadas as palavras de ordem e a orientação do Partido Comunista Português, o que alargou a sua influência entre as massas e permitiu um mais perfeito conhecimento pelos próprios militantes das directrizes políticas e técnicas do Partido.

Através de RPL foi dada uma contribuição constante à luta contra as guerras coloniais e contra o colonialismo, demonstrando o seu carácter criminoso e antinacional.

Através de RPL foi desmascarado o domínio imperialista em Portugal, os crimes do imperialismo do mundo.

Através de RPL foi divulgada a luta dos povos pela sua libertação, pela paz, e o progresso social.

Através de RPL foi possível, ainda, uma divulgação muito mais intensa das ideias marxistas-leninistas e um conhecimento muito mais amplo das realizações práticas do socialismo.

Através de RPL, diariamente, foram desmascarados o regime fascista, a exploração brutal que foi lançada sobre os trabalhadores portugueses, a feroz repressão que esmagava o nosso povo.

Mas não ficaram por aqui os serviços prestados por RPL ao movimento democrático português, às massas populares, aos trabalhadores.

Directamente, pela sua agitação e propaganda, RPL deu uma contribuição de primeiro plano para grandes acções de massas, para grandes jornadas de luta antifascista.

Quem não recorda o papel decisivo que RPL desempenhou na agitação e preparação das grandiosas jornadas de Maio de 1962?

Quem não recorda também a contribuição de RPL para o esclarecimento e a mobilização do nosso povo durante a grande campanha política de massas de Setembro-Outubro de 1973?

RPL foi, também, a primeira emissora portuguesa a transmitir directamente ao nosso povo o testemunho da vida nos territórios libertados do colonialismo português — como na reportagem feita por um seu correspondente à Quilne libertada, em 1971; foi a primeira emissora portuguesa que transmitiu directamente ao nosso povo o testemunho da vi-

da nos países socialistas — como nas reportagens do 50.º aniversário da Grande Revolução de Outubro; foi a primeira emissora portuguesa a transmitir ao nosso povo a testemunho de heróicas

(Continua na pág. seguinte)

ACORDO COM O MPLA PÕE TERMO À GUERRA

Sete semanas após ter suspen-

do todas as acções de combate, o MPLA concordou em oficializar o cessar-fogo. A notícia da assinatura do acordo assinado na segunda-feira causou profunda alegria em Portugal e profunda alegria em Angola, que despojava os campos e

É uma vitória comum dos dois povos

Foi em Angola que se iniciou a guerra colonial que arruinou Portugal, que tantos e tão terríveis sofrimentos infligiu ao povos das colónias, que despojava os campos e

aldeias de Portugal, que isolou o nosso país do resto do Mundo. Sem paz em Angola, toda a evolução do processo de descolonização estava ameaçada.

A extraordinária euforia da população de Luanda, de todos os angolanos não nos surpreende. Ficou provado uma vez mais que o MPLA goza de um imenso prestígio entre as massas e também que inspira uma confiança muito grande aos sectores, amplamente maioritários, da minoria branca que apoiam o processo de descolonização. Sem o MPLA, Angola nunca poderia conquistar uma independência real.

O acordo de cessar-fogo foi assinado pelo próprio presidente do MPLA, Agostinho Neto. Do lado português, a mais alta autoridade presente era o comodoro Leonel Cardoso, membro da Junta de Salvação Nacional. As negociações realizaram-se numa tenda montada numa chana a 70 quilómetros da fronteira da Zâmbia, entre o Lucuso e o Cazombo, e decorreram em clima de grande cordialidade.

Após a assinatura do documento que assinalou o fim da guerra, Agostinho Neto salientou a sua importância, afirmando que «os conflitos, os males, as contradições que nos opõem podem terminar através de um diálogo honesto e construtivo». Sublinhou igualmente que não há problema algum em relação à minoria branca. «O que não pode — acentuou — é continuar a haver um grupo privilegiado, como até aqui. Analisando o significado do acordo, disse ainda: «Vem indicar claramente a orientação, testemunhar a política que nós desejamos seguir, no presente e no futuro, para que o nosso povo possa, de facto, ser a garantia de estabelecimento de um regime democrático em Angola, regime que possa beneficiar as camadas mais exploradas do povo, quer dizer os camponeses e os operários, aqueles que mais sofreram durante cinco séculos de colonialismo.»

Em entrevista concedida ao diário «O Comércio», de Luanda, Agostinho Neto dissipou todas as dúvidas a respeito da presença que o MPLA marcará doravante em todos os sectores da vida angolana.

A abertura da sua delegação na capital confirmará publicamente aquilo que todos sabem, isto é, que o MPLA encarna as aspirações nacionais do povo de Angola. Não poderia haver solução para Angola — como afirmou o camarada Alvaro Cunhal no discurso pronunciado durante o Congresso Extraordinário do PCP — «se se pretendesse marginalizar o MPLA do processo em geral e de negociações em particular, se se fizesse qualquer jogo dirigido precisamente contra o partido que tem conduzido a luta de libertação».

Segundo telegramas de Luanda, admite-se que nas próximas semanas a fase de negociações em curso evolua no sentido de tornar possível a formação, a curto prazo, de um Governo Transitório de Coligação.

(Continua na pág. seguinte)

(Continua na pág. seguinte)

REUNIÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS DA EUROPA

O Encontro dos vinte e oito Partidos Comunistas e Operários da Europa realizou-se em Varsóvia, na semana passada, foi seguido com grande interesse. Tratava-se, com efeito da primeira reunião deste âmbito, à escala de toda a Europa, realizada desde a Conferência de Karlovy Vary, em 1967. Cabiá-lhe fazer o balanço da viragem verificada no continente e no mundo, com o desanuvi-

reforço da acção comum dos Partidos Comunistas, que pode vir a ter importantes repercussões na política europeia. O objectivo fundamental do Encontro foi plenamente obtido, com o acordo dos 28 partidos participantes, em preparar e realizar, até meados do próximo ano, uma nova Conferência dos Partidos Comunistas da Europa. Ao mesmo tempo, pelo espírito de cooperação

gação composta pelos camaradas Carlos Aboim Inglês, membro do CC, e Aurélio Santos, membro suplente do CC.

Numa manifestação de interesse pela situação em Portugal e de alto apreço pela acção do nosso Partido no derrubamento da ditadura fascista na luta pela instauração dum regime democrático, a delegação portuguesa foi a primeira à qual foi dada a palavra, para abertura dos debates, após as palavras de saudação dirigidas aos participantes da Conferência pelo camarada Eduard Gierk primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco.

Apresentamos em seguida alguns extractos da intervenção do Partido Comunista Português no Encontro de Varsóvia.

Dado o facto de esta conferência ser o primeiro encontro colectivo de partidos irmãos em que participa uma delegação do nosso Partido após os acontecimentos do 25 de Abril em Portugal — permitam-nos que digamos alguma coisa sobre as transformações ocorridas no nosso país, as quais interessam de algum modo o próprio fundo das questões que aqui nos reunem — afirmou o camarada Carlos Aboim Inglês, tomando a palavra no Encontro em nome do Partido Comunista Português.

Depois de descrever e analisar brevemente os principais aspectos do levantamento de 25 de Abril, os passos dados na democratização e descolonização, a importância da aliança entre as massas populares e as Forças Ar-

madas o camarada Carlos Aboim Inglês assinalou:

Camaradas:
Nós, comunistas portugueses, e largos círculos de operários e populares em Portugal, temos consciência das implicações internacionais dos acontecimentos de que somos actores no nosso país. Não nos alongaremos neste tema, mas, no contexto das questões de fundo deste Encontro, permitam-nos que indiquemos alguns pontos que, entre outros, são objecto da nossa atenção.

1) Os acontecimentos portugueses são um exemplo flagrante de como a coexistência pacífica não só não impede o desenvolvimento

(Continua na pág. seguinte)

PORTUGAL LIVRE ACLAMADO NA O. N. U.

Para um pequeno país como Portugal, saído de meio século de fascismo, a imagem externa tem uma grande importância. Nesse sentido, o discurso que o Presidente da República pronunciou perante a Assembleia Geral das Nações Unidas assumiu, pela sua ressonância mundial, uma significação particular.

No momento em que parte da Imprensa internacional estava empenhada numa campanha de calúnias contra o nosso país, e concretamente contra o MFA, a mais alta organização mundial teve a oportunidade de ouvir a palavra de um homem que representava uma nação de que jamais se falou tanto como

noje e que representava também os oficiais do Movimento cujo papel no 25 de Abril foi decisivo.

Era uma prova difícil. Mas os resultados, a avaliar pela atmosfera e pelas reacções, foram positivos. Não nos referimos aos aspectos acessórios, embora importantes, da presença do general Costa Gomes na tribuna da ONU. A atenção com que os delegados de mais de 150 nações o escutaram não constituiu surpresa nem os aplausos inúmeros com que receberam o seu discurso. Habituada durante anos a ouvir as intervenções de ministros e embaixadores do fascismo, que faziam a defesa e a apologia

do colonialismo, a Assembleia Geral só podia esperar uma linguagem diferente da parte do presidente de um país comprometido na destruição do fascismo e na liquidação do colonialismo.

Não foi, porém, o tom da intervenção que tanto impressionou a Assembleia. Foi sobretudo a clareza com que o general Costa Gomes abordou dois pontos fundamentais, em termos que envolviam um compromisso da sua pessoa, do Governo Provisório e das Forças Armadas ante a comunidade mundial. O presidente acentuou a necessidade de salvaguardar a pureza dos principais objectivos do processo revolucio-

nário em curso. Um deles consiste em «devoivar ao povo português — recordou — a dignidade perdida, implantando condições de vida mais justas, com instituições democráticas pluralistas, legitimadas na vontade do povo livremente expressa». O outro em levar avante «o processo irreversível e definitivo de descolonização dos territórios sob administração portuguesa. Não mais admitiremos — sublinhou — trocar a liberdade de consciência colectiva por sonhos grandiosos de imperialismo estéril».

Eram e são duas metas do

(Continua na pág. seguinte)

(Continua na pág. seguinte)



mento, e decidir sobre a oportunidade duma nova Conferência dos Partidos Comunistas e Operários dos países de toda a Europa.

Como habitualmente, não faltaram, à volta do Encontro, as especulações da Imprensa capitalista. Os resultados a que ela chegou desmentiram tais especulações, demonstrando que um importante passo foi dado para o

fraterna em que decorreu o Encontro deram-se passos importantes para o reforço da acção comum dos Partidos Comunistas, tanto dos países capitalistas como dos países socialistas, visando os grandes objectivos gerais da paz, da cooperação e do progresso social.

O Partido Comunista Português esteve representado no Encontro por uma dele-

REUNIÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS DA EUROPA

(Continua na pág. seguinte)

do processo revolucionário, como, ao contrário, cria condições favoráveis para novos avanços e vitórias. O processo revolucionário em cada país tem forçosamente as suas originalidades, as suas formas específicas de desenvolvimento. Mas nas condições do mundo de hoje existe uma ligação essencial entre a luta pela coexistência pacífica dos Estados de regime social diferente e a luta pelos interesses vitais dos trabalhadores e das largas massas populares, pela democracia, pela independência nacional, pelo progresso social em cada país.

2) Os acontecimentos portugueses mostram, e os acontecimentos posteriores na Grécia corroboram-no, que há condições favoráveis para infligir decisivas derrotas ao fascismo e que essas derrotas são uma contribuição para sanear o ambiente político europeu. Mas as sucessivas intenções da reacção em Portugal para recuperar o que perdeu, bem como o recrudescimento das actividades neofascistas em Itália e noutros países, mostram que a perigosidade do fascismo, apoiado e manobrado pelo imperialismo e os monopólios internacionais, continua real e viva na Europa. Pensamos que a luta contra as forças fascistas onde quer que elas se manifestem, contra o regime franquista em Espanha, as intenções e manobras da extrema-direita em Portugal ou Grécia, a solidariedade para com os que lutam directamente contra o fascismo é não só um dever internacionalista, mas uma tarefa premente para consolidar a paz, a segurança e a cooperação na Europa.

3) Os acontecimentos portugueses mostram de novo a ligação orgânica essencial entre a luta da classe operária nos países capitalistas desenvolvidos e a luta do movimento de libertação nacional. A luta dos povos das colónias portuguesas foi um factor precioso para a vitória da democracia em Portugal, tal como o papel desempenhado pela classe operária portuguesa e o seu partido no derrubamento do regime fascista e no processo de democratização em curso foi, está sendo e será um factor precioso para as vitórias dos povos irmãos da Guiné-Bissau de Moçambique e de Angola.

Concluindo a sua intervenção, o camarada Carlos Alberto Inez referiu-se às questões mais directamente relacionadas com a necessidade e oportunidade da convocação duma nova Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa:

O começo dos anos 70 foi assinalado por acontecimentos decisivos para a passagem, nas relações entre Estados de regime social diferente, do período da guerra fria para uma época marcada pela coexistência pacífica. O processo de desenvolvimento internacional conheceu nos últimos anos um desenvolvimento particularmente notável na Europa. O solene reconhecimento, expresso em tratados das aquisições fundamentais alcançadas pela histórica vitória sobre o nazismo hitleriano; o reconhecimento universal da República Democrática Alemã; o desenvolvimento de mútuas relações de cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas da Europa; a reunião da Conferência de Segurança e Cooperação dos Estados Europeus; e, mais recentemente, a queda dos regimes fascistas em Portugal e na Grécia —, contantes entre os acontecimentos marcantes da vida europeia nestes anos que decorreram desde a realização da Conferência de Karl Marx em 1967. Podemos fundamentalmente dizer que a situação na Europa se alterou profundamente e que se alterou no sentido apontado então pelos comunistas europeus.

Entre as causas objectivas determinantes, importância capital cabe à potência crescente e às grandiosas realizações da URSS e outros países socialistas, em contraste com o agravamento da crise geral do capitalismo, a braços com a inflação, o desemprego, as crises energéticas, monetárias e financeiras, que o Capitalismo Monopolista de Estado se mostra incapaz de resolver. Entre as causas subjectivas, papel decisivo

foi desempenhado pela consequente política de paz do socialismo e em primeiro lugar da União Soviética, bem como pela acção denodada e as iniciativas concretas dos comunistas dos países capitalistas a cabeça da classe operária, mobilizando as largas massas populares e sabendo estabelecer amplas alianças na luta pela segurança e a cooperação, pela democracia, pelos interesses vitais de todas as camadas antimonopolistas dos seus países.

Nestas condições, quando os objectivos que nos propusemos há sete anos estão, uns, alcançados no fundamental e, outros se colocam hoje num contexto favoravelmente alterado, pensa o Comité Central do nosso Partido que é tempo de nos reunirmos de novo para realizar em conjunto uma análise da situação actual e estabelecermos, em conjunto novas metas para a nossa luta comum.

Esta necessidade é sublinhada pela persistência de graves perigos para a paz e a democracia na Europa que põem uma vez mais a claro como a natureza do imperialismo e do capitalismo se não altera. Referimo-nos ao recente golpe contra a independência e a democracia do Chipre; à continuação da corrida aos armamentos; à subsistência do regime fascista de Franco; à crescente agressividade do neofascismo ligada à instabilidade económica social e política provocada pelo agravamento da crise geral do capitalismo; etc. etc.

Nesta necessidade é ainda sublinhada pelas responsabilidades crescentes que incumbem aos comunistas, como vanguarda da classe operária no esclarecimento, orientação e mobilização das mais amplas massas populares e no contexto das amplas alianças sociais e políticas que se estão forjando.

É nossa opinião que deveríamos acordar numa data para a realização da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa que não ultrapassasse os meados do ano que vem. No mês de Maio celebrar-se-á o 30.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. É o aniversário da derrota histórica do nazifascismo principal responsável pela guerra atroz que inundou de sangue as terras europeias. É também a data em que se perfazem 30 anos de paz entre os Estados Europeus. Parece-nos que teria um significado relevante que nesse mês de Maio se reunisse a Conferência dos comunistas de todos os países da Europa, para discutir os meios de tornarem irreversível a viagem para a coexistência pacífica no nosso continente e de fazer avançar nessas favoráveis condições a luta pela satisfação dos interesses vitais dos trabalhadores e dos nossos povos, pelo progresso social. Igualmente pensamos que teria um significado simbólico se, com o acordo e a ajuda dos nossos camaradas do Partido Socialista Unificado da Alemanha, a Conferência se pudesse reunir no coração da Europa, em Berlim, capital da República Democrática Alemã, de onde foram extirpados pela raiz os autores da guerra, onde triunfaram os ideais de Marx, Engels e Lênine, que são os nossos onde nasceu e prospera um novo Estado pacífico que é exemplo vivo da superioridade material e espiritual do Socialismo.

Pelo que respecta à preparação da Conferência pensamos que, aproveitando e seguindo a rica experiência e os provedos princípios já utilizados em outras reuniões internacionais nos últimos anos — e, nomeadamente, os métodos amplamente democráticos em todas as fases a observância da igualdade de direitos e do respeito mútuo do espírito construtivo no debate franco de opiniões entre camaradas — estaremos em condições de realizar com êxito a Conferência, dando exemplo público das relações fraternas e de solidariedade militante existentes entre os nossos Partidos, do internacionalismo proletário que nos une.

Comunicado final

Realizou-se em Varsóvia de 16 a 18 de Outubro, um Encontro Consultivo dos Partidos Comunistas e Operários da Europa por iniciativa do Partido Operário Unificado Polaco e do Partido Comunista Italiano. Participaram no Encontro delegações dos seguintes partidos: Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista Búlgaro, Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista da Irlanda, Liga dos Comunistas da Jugoslávia, Partido Comunista do Luxemburgo, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido Comunista Alemão, Partido Comunista da Noruega, Partido Operário Unificado Polaco, Partido Comunista de Roménia, Partido Comunista de São Marino, Partido Suíço do Trabalho, Partido da Esquerda — Comunistas da Suécia, Partido Comunista da Turquia, Partido Socialista Operário Húngaro, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista Italiano, Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, Partido Comunista da União Soviética.

As palavras proferidas pelo presidente da República assumem, assim, a forma de um compromisso solene cuja dimensão foi amplificada. O que era válido perante o povo português passou a sê-lo também perante todos os povos da comunidade mundial. É reconfortante verificar que o secretário-geral das Nações

dos Partidos Comunistas e Operários da Europa. Os trabalhos do Encontro consultivo decorreram no espírito de compreensão mútua e solidariedade proletária que é de norma nas relações entre os partidos comunistas e operários.

Solidariedade fraternal com os combatentes do movimento contra o fascismo, pela liberdade, a democracia e a independência nacional

Os participantes no Encontro Consultivo dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizado em Varsóvia, reafirmaram o apoio dos comunistas da Europa a todos os combatentes da luta contra o imperialismo e o neocolonialismo contra a reacção e agressão. Reafirmam a solidariedade fraternal dos seus partidos aos povos da Indochina, do Próximo Oriente, da África Austral ao povo de Chipre em luta pela sua independência e a sua integridade territorial, contra toda a intervenção e ingerência estrangeira, ao povo da Irlanda do Norte em luta pelos seus direitos democráticos nacionais, a todos os povos em luta pela sua independência, pelo direito de decidir livremente a sua sorte e de dispor soberanamente dos seus recursos nacionais.

Os participantes do Encontro Consultivo manifestam a sua solidariedade fraternal a todos os que lutam contra a Junta usurpadora do poder no Chile e exigem a libertação do camarada Luis Corvalán e de todos os patriotas e militantes democráticos presos. Exigem a libertação do camarada Rodney Arismendi de todos os combatentes pela vitória da liberdade e da democracia no Uruguai.

Os partidos representados no Encontro de Varsóvia reafirmam a sua calorosa e fraternal solidariedade ao Partido Comunista, à classe operária, ao povo de Espanha lutando pela sua libertação da tirania fascista e exigem a imediata libertação dos camaradas Mariá, Montero, Inguradas, Lobato, dos dirigentes das Comissões operárias Marcelino dos Santos e seus camaradas, de todos os que sofrem nos cárceres de Franco.

Os participantes no Encontro Consultivo saudam os povos de Portugal e da Grécia que derrubaram a ditadura fascista e lutam pela consolidação das suas conquistas democráticas.

PORTUGAL LIVRE NA O. N. U.

(Continuado da pág. anterior)

Programa do Movimento das Forças Armadas. Muita coisa se fez já para que ambas sejas alcançadas. O povo português tem oferecido múltiplas provas de que está disposto a defender a dignidade recuperada. Na madrugada do 28 de Setembro, nas grandes manifestações posteriores à derrota da intenção contra-revolucionária, e na jornada do 6 de Outubro demonstrou com clareza que a reacção não passará. No terreno da descolonização também foram realizados importantes progressos. A Guiné-Bissau é hoje um Estado plenamente soberano, em Moçambique instalou-se já um Governo de Transição e em Angola acaba de ser assinado um acordo de cessar-fogo com o MPLA, o movimento libertador que é legítimo representante do povo angolano.

Os sonhos fascistas de imperialismo estão definitivamente sepultados. Um imperialismo que, além de estéril se tornou mundialmente odiado por uma sucessão interminável de crimes contra a Humanidade.

Seria porém ilusório e atrevido acreditar que as vitórias alcançadas constituem uma garantia suficiente de que a democratização do País é uma realidade e que a descolonização não encontrará pela frente obstáculos poderosos. É importante, por isso mesmo, que o general Costa Gomes tenha reconhecido a ONU que Portugal vive uma situação pré-democrática, que tenha aludido às dificuldades económicas e políticas a ela inerentes. O reconhecimento de Moçambique valem como advertência de que a reacção está disposta a lançar mão de todos os meios para impedir que os objectivos do Programa das Forças Armadas sejam atingidos. Fez-se muito, mas a tarefa a realizar é ainda imensa e infinitamente mais complexa e difícil.

As palavras proferidas pelo presidente da República assumem, assim, a forma de um compromisso solene cuja dimensão foi amplificada. O que era válido perante o povo português passou a sê-lo também perante todos os povos da comunidade mundial. É reconfortante verificar que o secretário-geral das Nações

Unidas, que tantas vezes denunciou os crimes do colonialismo português, reconhece agora que as novas relações que estão a ser criadas entre Portugal e as suas antigas colónias são acontecimentos históricos que foram universalmente bem recebidos e aplaudidos.

A nova imagem que o País projecta transparece igualmente dos comentários aos contactos que o Presidente Costa Gomes manteve com o presidente norte-americano durante a sua breve estada em Washington. Antes, a relação de total vassalagem era uma afronta para a dignidade nacional. A mudança já é visível. As conversações entre os dois presidentes incidiram sobre temas delicados sobre os quais o nosso Partido tem uma posição definida e conhecida. Mas é um facto positivo que o presidente de um país, que se destaca como o próprio símbolo do imperialismo, e cuja diplomacia traduz sempre de uma forma ou outra uma política de sistemática oposição ao direito das pequenas nações de se encaixarem para formas de governo democráticas e progressistas — é um facto positivo, repetimos, que esse presidente se tenha sentido na obrigação, sob o peso dos sentimentos da massa do povo americano de exprimir a sua admiração pelas «qualidades de homens de Estado» dos actuais dirigentes portugueses. O elogio foi feito em termos demasiado genéricos, mas o que nele merece ser destacado é a circunstância de abranger o Movimento das Forças Armadas. No momento em que a aliança entre as Forças Armadas portuguesas e as massas populares, reforçada nas jornadas de Setembro, se tornou um tema de provocação para a reacção mundial, a porta-voz da maior potência imperialista, que sempre apoiou o fascismo e o colonialismo, viu-se na contingência de reconhecer indirectamente os méritos e o patriotismo dos oficiais que se colocaram ao lado do povo contra o fascismo e o colonialismo.

É certo que a experiência nos ensinou que as palavras de um presidente dos Estados Unidos, especialmente quando encerram elogios

para qualquer país ou governo cioso da sua independência, devem sempre ser recebidas com reservas, porque a sua sinceridade aparente costuma ocultar desígnios inconfessáveis. Isso não reduz, porém, o significado político da atitude de Gerald Ford. Ela deve ser interpretada como uma vitória das forças democráticas portuguesas e uma consequente derrota das forças da reacção mundial. O imperialismo, embora por motivos táticos mudou de linguagem e de comportamento em relação a Portugal.

Em Julho Nixon e o general Spínola conferenciaram demoradamente nos Açores. Ninguém soube o que se discutiu durante esse encontro de dois presidentes que, hoje, por motivos aliás muito diferentes, se acham na inactividade. Agora, o povo português tomou conhecimento de que se passou no encontro do general Costa Gomes com Ford. O contraste é também revelador do avanço do processo de democratização.

ACORDO COM O M. P. L. A.

(Continuado da pág. anterior)

Os entusiasmos prematuros, porém, podem gerar decepções futuras. Os obstáculos que dificultam ainda o acordo em torno de soluções que abram o caminho a uma independência real são muitos. Os acontecimentos de Moçambique demonstram que a reacção não se considera ainda vencida e está disposta a recorrer aos meios mais criminosos para atingir os seus fins. Simultaneamente, o imperialismo, que acompanha com particular atenção tudo o que se passa em Angola, manobra na região no sentido de dificultar o mais possível qualquer solução que coincida com os interesses do povo de Angola. As grandes empresas monopolistas solidamente instaladas em toda a África Austral, contam com trunfos que não devem ser subestimados. Movimentos bilionários de dólares, exploram rivalidades utilizam titeres mascarados de patriotas, governam, na prática alguns países africanos cuja independência é uma mera fachada.

O acordo de cessar-fogo, assinado na chana de Lucuso, é contudo repetitivo, uma grande vitória dos povos de Portugal e Angola. Como tal o saudamos.

ARRENDAMENTO AGRÍCOLA SUGESTÕES PARA A DEFESA DOS PEQUENOS AGRICULTORES

O projecto de lei de arrendamento agrícola, agora submetido a discussão pública, merece que sobre ele tomemos posição. Trata-se, na verdade, de um documento importante que interessa a um número muito significativo de pequenos camponeses e trabalhadores rurais.

A nova legislação assinala um nítido avanço relativamente à que vigorava. Em alguns aspectos, fica, no entanto, aquém do que seria legítimo exigir de um documento com tão grandes repercussões sociais e económicas.

Entre as críticas a apontar deve atender-se a que o projecto limita a sua aplicação aos arrendamentos de prédios rústicos mas omite a exigível definição destes. É claro que o âmbito da lei não se reduzirá apenas aos terrenos. Abrangerá todas as construções e instalações que são parte integrante da exploração agrícola e que se destinam à armazenagem de produtos, alojamento de animais e habitações dos trabalhadores da unidade de produção. É necessário, no entanto, que, na nova lei de arrendamento agrícola, fique claramente expresso o âmbito da sua aplicação, pois sabe-se de antemão — e a experiência da legislação fascista não deixa lugar a dúvidas — que a falta de uma enunciação clara pode facilitar interpretações abusivas e, inclusivamente, contrárias ao espírito da lei, pondo-a ao serviço de quem dela pretender tirar os maiores benefícios em prejuízo dos trabalhadores e dos pequenos camponeses.

Outro aspecto digno de crítica e o facto de, embora minorada, se manter a instabilidade para o cultivador directo que, ao fim de 18 anos de trabalho, pode ser obrigado pelo senhorio a abandonar a terra. Se essa disposição do projecto (o senhorio só não pode opor-se às 17 primeiras renovações de um ano cada) não for recusada na redacção definitiva da lei, qualquer rendeiro pode ficar privado da terra, quase sempre a única garantia para a sua sobrevivência e para a do agregado familiar.

Por conseguinte, não se pode deixar ao arbitrio do senhorio um aspecto como este, de tanta importância para milhares de famílias de camponeses sem terra. Se a prorrogação indefinida é facto assente no que respecta ao arrendamento para comércio e habitação, não se compreende que o mesmo não aconteça com o arrendamento para a agricultura. Enquanto cumprir o contrato, o agricultor rendeiro em nenhum caso deve poder ser expulso pelo senhorio, como não pode ser expulso o comerciante ou o industrial que aluga um prédio para o exercício da sua actividade. Além dos prejuízos pessoais para quem, ao fim de uns anos, fica dependente da vontade do senhorio, há que ter em conta os prejuízos para o país, pois movido por defesa justificável, o rendeiro pode, nos últimos anos de contrato, deixar de fazer mais investimentos numa exploração que sabe poder ser obrigado a abandonar.

Há ainda que rever o prazo demasiado curto, no caso de a capacidade produtiva do prédio arrendado sofrer diminuição duradoura. Os 30 dias seguintes à cessação da causa que deu origem aos prejuízos, concedidos ao rendeiro para pedir a redução da renda devem ser aumentados, pelo menos para 90 dias, e deverão ser contados a partir da data em que o rendeiro tomou conhecimento de que a capacidade produtiva do prédio sofreu diminuição. Não sendo alargado esse prazo, o rendeiro corre facilmente o risco de quando tomar conhecimento de que a capacidade de produção baixou, já terem passado os 30 dias concedidos para pedir a redução da renda.

Quando ao despejo do prédio, deve ser facilitada ao rendeiro a possibilidade de evitá-lo, ficando designadamente expresso na lei o direito de o visado pagar a indemnização legal sobre a renda em dívida que, aliás, é fixada no art.º 7.º do pro-

jecto. Por outro lado, para a não renovação do contrato não deverá poder invocar-se por muito vago, o conceito de ma com ervação dos bens. A má conservação só deveria contar quando causasse prejuízos graves ou impossíveis de reparar.

No que respecta a cedência do direito ao arrendamento por parte do arrendatário, impõe-se que possa fazer-se sem autorização do se-

nhorio, não só para os filhos e netos, mas ainda para qualquer descendentes ou seus cônjuges e também para as cooperativas agrícolas de produção instaladas na área social dos prédios.

Outro aspecto a rever é o que se refere aos prédios de área inferior a 5 hectares, que não ficam sujeitos à forma escrita, nem à obrigatoriedade de fixação e pagamento de renda em dinheiro. Ora a quase totalidade dos arrendamentos efectuados no Norte do País e grande número dos do Sul têm por objecto explorações com áreas inferiores a 5 hectares. Os rendeiros cultivadores directos, que não estão em condições de arrendar grandes áreas, ficam, assim, impossibilitados de gozar do enorme benefício que para eles significa a fixação e pagamento das rendas em dinheiro, com, entre outras, a inegável vantagem de evitar serem explorados pelos absentistas mediante a absorção pela renda em espécie das subidas de preços dos produtos agrícolas.

Queríamos ainda referir-nos às Comissões Arbitrais. Na sua composição prevê-se a entrada de proprietários e arrendatários, mas para a sua designação não são referidas as associações ou organismos sindicais em que as partes em litígio estejam integradas. Parece-nos, no entanto, de toda a utilidade que esses organismos de classe participem nas Comissões Arbitrais, nomeando os seus representantes para melhor defesa dos pequenos agricultores.

Limitámo-nos a apontar alguns aspectos do projecto

de lei que se nos afiguram merecedores de atenção crítica e revisão. O alcance das novas disposições é de tal modo vasto, interessa a um grande número de portuenses, que seria grave erro não corrigir desde já os aspectos susceptíveis de prejudicar aqueles — a maioria dos rendeiros e dos pequenos agricultores — que a legislação sobre o arrendamento agrícola pretende proteger.



MISSÃO CUMPRIDA

(Continuado da pág. anterior)

lutas contra o imperialismo — como nas reportagens feitas no Vietnam em Dezembro de 1972. Razão tiveram pois as massas populares ao manifestarem um alto apreço pela acção desenvolvida pela RPL, ao manifestarem o seu entusiasmo pela sua acção. Ela foi, com efeito, uma voz que o fascismo nunca amadureceu, uma arma poderosa ao serviço das massas trabalhadoras na luta contra o fascismo, contra a exploração e a opressão capitalista e pela democracia.

Mesmo depois do 25 de Abril continuou a Rádio Portugal Livre desenvolvendo uma importante acção, contribuindo para a mobilização popular para a defesa e consolidação das liberdades conquistadas, para a instauração dum regime democrático.

É, pois, com uma importante missão honrosamente cumprida que RPL suspende agora as suas emissões, certa de que outras vozes podem defender em melhores condições os objectivos que apontava, outras armas podem defender as causas pelas quais luta.

Escutando as últimas emissões de RPL, que estão sendo transmitidas nestes dias, estamos certos de que todos os que ela auxiliou no combate contra o fascismo, contra a exploração, a paz e a liberdade, prestarão homenagem aos esforços que tornaram possível, ao longo de mais de 12 anos, colocar ao serviço do Povo, da Democracia e da Independência Nacional essa poderosa arma que foi a Rádio Portugal Livre.



UM LIVRO INDISPENSÁVEL!

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista continua a manifestar-se na nova situação política criada em Portugal após o 25 de Abril. As suas características fundamentais não se alteraram. A inapreciável para analisar as situações e definir uma linha correspondente, o desprezo pela luta com objectivos concretos imediatos, a precipitação em «queimar etapas», a absolutização das formas violentas de luta, o desprezo pela classe operária e pelas massas, a pretensão de atribuir a pequenas «minorias activas» de pequeno-burgueses a dinâmica do processo revolucionário, — são, entre outros, traços típicos vindos de antes do 25 de Abril e que continuam hoje a verificar-se.

Pedidos a EDIÇÕES AVANTE — Av. António Serpa, 26 — 2.º — esq.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

OPINIÃO

REDAÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 • PORTO • TELEF. 487959

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Os trabalhos do nosso Congresso terminam e agora começa o trabalho de cada uma das nossas organizações, de cada um dos nossos militantes para aplicar na prática as suas resoluções» —ÁLVARO CUNHAL

No final do Congresso Extraordinário, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou, de improviso, o seguinte discurso:

CAMARADAS:

O nosso camarada Octávio Pato apresentou ao Congresso a composição do Comité Central. Eu gostaria, camaradas, de vos apresentar a composição do nosso Partido. Mas estaria aqui dias para vos contar os anos de militância dos nossos camaradas, os séculos ou milhares de anos de prisão que eles passaram, muitos e muitos camaradas que eu vejo entre os delegados, que eu vejo entre os convidados, e que contribuíram, pelos seus sacrifícios, pelo seu trabalho, para a construção do nosso Partido, para que ele possa hoje ser aquilo que é. (Aplausos)

O nosso Partido e o seu Comité Central será aquilo que os seus militantes queiram, será aquilo que os membros do Partido queiram. (Aplausos)

Temos um Comité Central caldeado pelas dificuldades e pela luta, mas não só o Comité Central; temos um Partido que teve a mesma experiência, passou a mesma escola e tem as mesmas características que tem o seu Comité Central. (Aplausos)

Nós não devemos esquecer muitas vezes que o que decide o trabalho são os trabalhos modestos, aqueles que não se vêem. Estão aqui camaradas entre os delegados, camaradas que não foram presos, vi há pouco um, calhou-me a vista em cima; esses camaradas que não foram presos, por exemplo, passaram 30 anos na clandestinidade. Os seus nomes possivelmente não são muito conhecidos, mas são camaradas que asseguraram tipografias clandestinas durante mais de 20 anos a seguir na clandestinidade. (Aplausos)

Nós falamos dos recursos financeiros do Partido e muitas vezes se pergunta onde é que vêm esses recursos financeiros, mas há pouco, olhando para os camaradas convidados, eu vi a cara dum camarada que vendeu a sua casa, vendeu a sua terra, para dar tudo ao Partido. (Aplausos)

Nós estamos aqui, camaradas, a trabalhar e, entretanto, no Centro de Trabalho do Partido, em Lisboa, e noutros centros de trabalho, estão camaradas que ficaram para assegurar a guarda e para assegurar serviços técnicos e naturalmente com muito desgosto não estão aqui. Mas o seu trabalho lá, onde nós não os vemos, é essencial para que nós aqui possamos estar a trabalhar. (Aplausos), e trabalhar com segurança, e para trabalharmos com segurança foi necessário que estivessem camaradas nossos à guarda das portas, à guarda dos corredores, não vendo aquilo que se passa dentro desta sala. (Aplausos)

Isto para dizer, camaradas, que o Partido formam-no todos os membros do Partido, todos os seus militantes.

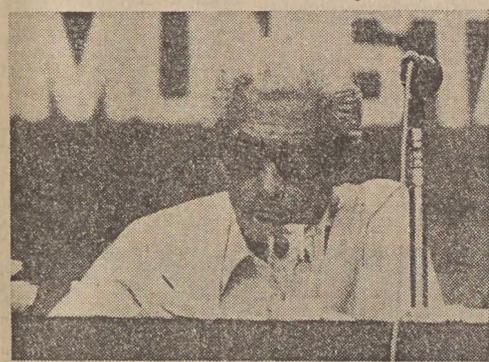
O Partido é um, é uno, e tudo deve estar unido na realização das mesmas tarefas. (Aplausos)

Mas mais ainda, camaradas, nós falamos aqui do Comité Central, estamos a falar, enfim, do nosso Partido, tal como ele veio da clandestinidade, portanto, um Partido que teve uma experiência, teve uma história, teve uma luta muito difícil e dura. Naturalmente que os camaradas membros do Partido que deram certas provas, há razão para que o Partido tenha confiança neles, para que os escolha para certas tarefas. Mas é necessário, nas novas condições que vivemos, não estabelecer uma barreira entre aqueles que vêm de trás, do fascismo, e aqueles que entram no Partido e dão todas as suas energias para que o nosso Partido possa realizar as suas tarefas. (Aplausos)

Nós não queremos que haja no Partido membros do Partido de primeira classe e de segunda classe. Todos os membros do Partido têm direitos iguais, têm deveres iguais, venham do tempo da clandestinidade ou entrem depois do 25 de Abril. (Aplausos)

Queremos que venham muitos novos militantes ao Partido e que a esses militantes, segundo as suas qualidades e o seu trabalho, sejam conferidas todas as responsabilidades de que se mostrem merecedores. (Aplausos)

Camaradas: Chegámos ao fim dos trabalhos do nosso Congresso. Cumprimos a ordem de trabalhos. O Programa e os Esta-



tutos com as emendas propostas pelo Comité Central, primeiro, e por numerosas organizações do Partido e membros do Partido foram aprovadas.

Foi também aprovada a Proclamação do Congresso Extraordinário que contém integrada a Plataforma de Emergência constante do Capítulo II do Programa.

O Partido tem agora nestes documentos um instrumento político fundamental para a sua actividade. Mas estes documentos não são apenas para a actividade do Partido. Os objectivos de luta definidos neste Congresso não são objectivos que interessam apenas os comunistas, são objectivos que interessam todo o nosso povo, são objectivos que interessam a classe operária, interessam os camponeses, interessam os intelectuais, interessam as camadas médias, interessam todos os que estão hoje empenhados na construção dum Portugal democrático, que estão hoje empenhados na luta antimonopolista e antilatifundista.

Não somos partidários da teoria das minorias activas, não somos partidários da teoria dos heróis libertadores. A vanguarda revolucionária só pode cumprir as suas tarefas se tem consigo a classe operária e as massas populares e tem consciência de que é a classe operária e são as massas populares que fazem a história. (Aplausos)

O nosso Partido levará à classe, levará às massas, o Programa e a Plataforma de Emergência e essa será então a altura em que serão postos à prova os documentos que aprovamos neste Congresso, as decisões que tomamos neste Congresso. Se as conclusões a que chegamos são justas, se são justos os objectivos que definimos, então podemos estar certos de que esses objectivos serão tomados como bandeiras pela classe operária e pelas massas populares que lutarão por eles e conseguirão realizá-los. Mas, se não o fizerem, então, camaradas, é que nós de facto não acertámos, é que não definimos os objectivos justos nem as formas de os realizar.

Agora é nossa tarefa levar à classe operária, levar às massas populares os documentos que aqui aprovamos, os objectivos que aqui definimos e procurarmos com o tra-

balho de organização, com a nossa propaganda, que esses objectivos sejam alcançados.

Este nosso Congresso foi uma nova expressão da extraordinária vitalidade do nosso Partido, da inabalável unidade do Partido baseada na consciência política, na fidelidade ao Marxismo-Leninismo, nos métodos democráticos de trabalho, no ambiente fraternal e de respeito mútuo existente entre os quadros, na ligação estreita do Partido com a classe operária, o campesinato, a juventude trabalhadora e estudantil, os intelectuais, em suma, as mis amplas massas populares.

Foi uma nova expressão da força do Partido e haverá certamente alguns a quem não agrade a realização deste Congresso e a força do nosso Partido. Os reaccionários dizem que o povo tem medo dos comunistas, mas este Congresso mostra bem que, ao contrário do que dizem esses reaccionários, o Povo Português não só não tem medo dos comunistas, como confia neles e está com os comunistas, e vê nos comunistas os seus melhores defensores, os melhores defensores do povo e do país. (Aplausos)

Da tribuna deste Congresso, falaram militantes de todas as regiões do país. Falaram operários industriais, operários agrícolas, camponeses, intelectuais, jovens trabalhadores, estudantes e mulheres, organizadores de massas, velhos militantes e militantes jovens. Muitos militantes vieram aqui. Cada um teve a sua história para se tornar comunista, e todos eles expressam a riqueza da nossa organização, a riqueza dos homens, mulheres, jovens de que dispõe o nosso Partido. Cada militante é um obreiro da acção do nosso Partido. Não é o Comité Central, não são os organismos de direcção que decidem só por si os destinos do Partido. São todos os militantes. E por isso cada militante deve considerar que está nas suas mãos uma grande parte dos destinos do seu Partido. (Aplausos)

Cada militante deve ver a sua actividade ligada à actividade de todos os outros membros do seu Partido e saber que a sua contribuição pode decidir da vitória ou derrota do seu Partido.

O estilo de trabalho tem que responder hoje às exigências que colocam as condições novas em que vivemos e em que lutamos. As decisões têm que ser mais prontas. O controlo directivo e a agitação e propaganda têm de ser mais rápidas e mais operativas. As organizações têm que estar ainda mais profundamente implantadas na classe operária e nas massas populares, e tão profundamente implantadas que a actividade do nosso Partido deve acompanhar o pulsar do coração dos trabalhadores e das massas populares, dando resposta a cada um dos seus problemas, das suas inquietações, das suas dificuldades, das suas aspirações.

O Partido tem de encontrar na organização, na agitação, na propaganda, as formas adequadas à situação nova que temos depois do 25 de Abril. Mas deve também saber conservar aquelas características fundamentais dos militantes e do estilo de trabalho que vêm dos anos duros da dura experiência dos anos do fascismo. Devemos manter e reforçar entre os nossos militantes a dedicação sem limites à causa dos trabalhadores, aos interesses do povo e do país; a combatividade, a tenacidade e a energia, a firmeza perante o inimigo; a capacidade para saber avançar mas também a capacidade para saber recuar quando se torna necessário; a confiança na vitória mesmo nos momentos mais duros e mais difíceis; a solidariedade e a unidade fraternal dos comunistas e a sua ligação estreita com as massas. Com uma orientação política justa, com um trabalho de organização acertado, com uma propaganda de verdade e de esclarecimento, com um trabalho de massas constante de todas as organizações e militantes, com um estilo de trabalho digno das tradições gloriosas do nosso Partido, podemos estar certos de que a vitória será nossa. (Aplausos)

Os trabalhos do nosso Congresso terminam e agora começa o trabalho de cada uma das nossas organizações, de cada um dos nossos militantes, para aplicar na prática as resoluções deste nosso Congresso.

A revolução democrática, camaradas, está em marcha. Avante pois pela consolidação das liberdades, pela realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte, pela instauração dum regime democrático em Portugal, dum regime que permita o avanço do processo revolucionário, até vermos um dia em Portugal aquela sociedade por que lutamos, por que lutamos e lutaremos até à sua realização: a sociedade socialista primeiro e o comunismo depois. (Aplausos)



A IMAGEM DE UM PARTIDO TRAÇADA PELOS SEUS MILITANTES

Quase a uma semana de distância do VII Congresso Extraordinário do nosso Partido, este assume, ainda mais visivelmente, uma importância decisiva na tarefa histórica de consolidação da democracia da qual fomos, somos e seremos incansáveis obreiros.

Em todas as intervenções de delegados operários, camponeses, empregados e intelectuais, estudantes e mulheres, a mesma comunidade de ideais e objectivos, a resolução inabalável de reforçar a organização partidária, a vontade de persistir no esforço de unidade, de coesão de todas as forças revolucionárias, coesão tão mais imperiosa quanto estamos conscientes de que o adversário comum não desarma.

Nesse sentido a Plataforma de Acção Política, aprovada por aclamação, é um instrumento indispensável que marca uma etapa histórica na vida política portuguesa. Na acção, na luta, esta Plataforma constitui, em síntese, a ferramenta essencial à concretização das grandes tarefas de defesa da situação democrática e de construção de um Portugal livre: unidade da classe operária, unidade sindical, unidade dos camponeses, unidade da juventude trabalhadora e da juventude estudantil, unidade de acção de todas as forças democráticas, reforço da aliança entre o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas.

Desta política de unidade e aliança depende não a existência do nosso Partido, pois mesmo a pior ditadura não logrou desmantelá-lo. Mas dela dependem o futuro democrático do nosso país, e a instauração de um clima de paz e liberdade.

Uma imagem de coerência ideológica

Balanco de toda uma longa vida de luta na clandestinidade, síntese de seis meses de actividade legal em que o nosso Partido tem continuado a assumir o papel principal de salvaguarda da situação democrática alcançada, projecção para o futu-

ro em que continuaremos à altura das nossas responsabilidades a afirmarmos-nos como vanguarda revolucionária da classe operária e das massas populares, o VII Congresso representou uma página da história do nosso país.

A percepção desta realidade não se fez sentir apenas através da participação vibrante de delegados e convidados. Em todo o mundo o VII Congresso foi visto como acontecimento histórico. Cerca de 50 órgãos de Imprensa estrangeira de países socialistas e de países capitalistas representados por mais de 60 jornalistas demonstram a importância que mesmo aqueles que, deturpando os factos, pretendem falsear a imagem do Partido no exterior, não podem ignorar a sua força e projecção.

Dessa força e projecção ficou a quantos estiveram no Pavilhão dos Desportos, uma imagem inesquecível. O calor das intervenções de delegados, cuja composição expressa bem a unidade de acção de todas as classes e camadas populares, o entusiasmo inexprimível da assistência, a força dos aplausos, simbolizam uma mesma e única realidade: a coerência ideológica constante da orientação do nosso Partido, cuja justeza a prática confirma em cada etapa de acção e de luta. Nesta linha de coerência dos princípios do marxismo-leninismo ideologia criadora da pujança da nossa organização, se inserem as alterações ao Programa e Estatutos aprovados por uma imensa e vibrante maioria dos delegados.

Impossível nos é publicar todas as intervenções dos delegados que, de norte a sul do País, trouxeram ao VII Congresso o relato das dificuldades e êxitos da nossa organização na luta pela democracia e o socialismo, do seu apoio integral ao Comité Central, da sua dedicação ao Partido. Muitas das intervenções ficaram mesmo por ler. No entanto a sua contribuição para o balanço histórico da nossa actividade nem por isso é igno-

rada. Na história do VII Congresso, o primeiro na legalidade após 48 anos de dura vida clandestina, elas serão consideradas como expressão do espírito revolucionário e de or-

D. O. R. L.

Camaradas:

A Direcção da Organização Regional de Lisboa saiu com grande alegria este Congresso Extraordinário e aprova, em geral, as emendas ao Programa propostas no projecto, tal como as dos estatutos.

Compreendem-se as necessidades de adaptação de ordem administrativa e outras que ditam as emendas.

A adaptação impunha-se após a feliz superação da longa fase histórica do gerulamento do fascismo. Assim, toda a segunda parte do Projecto respeitante à luta antifascista é agora preenchida por um capítulo totalmente novo, respeitante ao caminho para a instauração de um regime amplamente democrático. Certo! Um Programa não aponta ao passado, mesmo quando ele é a comprovação magnífica da justeza de uma linha política — aponta ao presente e ao futuro.

As emendas propostas por razões de outra ordem justificam-se também. O período que vivemos e que vamos viver proximoamente será decisivo para a consolidação e desenvolvimento do curso democrático do País e para o fortalecimento do grande Partido que é o nosso — instrumento insubstituível e primeiro guardião dos anseios do proletariado e do povo a uma vida melhor. Não podemos perder tempo! É preciso resolver rapidamente as questões ligadas ao processo de legalização do Partido! É preciso não dar o flanco a possíveis entraves, atrasos e incompreensões!

Com uma condição, naturalmente: a de que fique bem claro para o Partido e para as massas não ter que haver — e não haver de facto! — qualquer revisão dos nossos princípios face à Revolução Socialista e particularmente à primeira fase da construção do Socialismo.

É evidente que não há que rever o Projecto onde o próprio enunciado da hegemonia do proletariado aparece explicito, e também dos Estatutos, assegura aos comunistas e aos trabalhadores que assim é. A difusão ampla do nosso

programa em todos os locais de trabalho e a sua larga discussão dentro do Partido e junto das massas torna-se, desta maneira, uma grande tarefa imediata de todos nós. A Direcção da Organização Regional de Lisboa propõe ao Congresso que para o efeito uma larga edição do Programa, a preços módicos, muito especialmente da sua segunda parte; e que se organize por todo o País uma grande campanha de difusão do Programa ao mais profundo nível partidário e de massas.

Camaradas! O facto de reconhecermos que vastíssimas tarefas nos aguardam não implica a conclusão de que tenhamos andado devagar neste curto mas intenso semestre que nos separa da jornada gloriosa do 25 de Abril. Não, camaradas! Neste momento de reflexão e de grandes decisões é necessário e justo não esquecer que nós, os comunistas, temos trabalhado e trabalhado no duro!

Ombro com ombro, homens, mulheres e jovens, velhos militantes do tempo do fascismo e camaradas de depois do 25 de Abril, de norte a sul do País, lutaram com coragem e sacrifícios para impedir o regresso do fascismo, para assegurar as liberdades, para satisfazer os interesses mais imediatos das classes trabalhadoras para alargar e estruturar o Partido. De uma maneira geral, estes grandes objectivos vêm tendo progressiva efectividade.

No que a Lisboa respeita, queremos lembrar alguns dos momentos mais significativos, seja pelo conteúdo político que tiveram seja pela mobilização de massas que efectuaram seja ainda pela importância partidária de que se revestiram.

É conhecida a enorme contribuição dos trabalhadores e dos comunistas de Lisboa ao próprio 25 de Abril, marchando lado a lado dos gloriosos militantes do MPA, desencadeando a audaciosa campanha de neutralização do aparelho re-

(Continua na pág. seguinte)



CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(Continuado da pág. anterior)

pressivo (especialmente no que respeita aos pides), exigindo e conseguindo a imediata libertação de todos os presos políticos, etc.

Logo quatro dias depois, é a magnífica recepção ao nosso camarada Alvaro Cunhal, envolvendo dezenas de milhares de milhares de pessoas e constituindo a primeira manifestação evidente do enorme prestígio do nosso Partido e do seu secretário-geral junto dos trabalhadores e do povo de Lisboa.

Menos de 24 horas passadas, é a inesquecível jornada do 1.º de Maio, essa grandiosa prova de civismo e de maturidade política de um povo acabado de sair de meio século de obscurantismo e de terror.

Tres semanas após o primeiro comício da Direcção Regional de Lisboa, realizada nesta mesma casa, ainda que sem a grandiosidade do que efectuamos depois no Campo Pequeno, foi porventura o mais quente e entusiasmado sinal de adesão dos trabalhadores da capital ao seu Partido de classe.

A Organização da Cidade e dos Arredores participou, contudo, de maneira decisiva, no decorrer destes seis meses, em muitas outras jornadas de luta e de unidade. Citamos apenas, entre muitas outras, as grandes manifestações quando do reconhecimento oficial do direito dos povos coloniais à independência, de apoio ao 2.º Governo Provisório, ou de rezojo pela derrota da reacção em Setembro; ou os grandes meetings de apoio aos emigrantes e no decorrer da semana de solidariedade ao Chile. Citamos, em especial, essas jornadas históricas do mês passado, nas quais o povo impediu a marcha armada e reaccionária sobre Lisboa e, com determinação, coragem e sacrifícios, abriu a nova fase de consolidação democrática que vivemos.

Mas não só em grandes jornadas políticas a Organização Regional do Partido teve participação preponderante. Na continuidade do que vinha fazendo na clandestinidade, ao dirigir o grande ascenso da movimentação de massas do ano anterior e dos primeiros meses do actual, ele incentivou e organizou, após o 25 de Abril, centenas de lutas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, ao nível de empresa e de classe. E foi ainda ao serviço dos trabalhadores, em casos como os dos CIT ou o da TAP, quando a movimentação, dirigida por radicais e reaccionários, contrariava objectivamente o curso democrático do País e fazia o jogo da reacção e do fascismo, que o Partido se lhes opôs, esclarecendo o seu verdadeiro carácter junto das massas, sem quaisquer preocupações de popularidade fácil. Importa dizer que, em ambos os casos apontados, os trabalhadores reconhecem hoje na generalidade a justiça da orientação do Partido.

Algumas palavras sobre o próprio Partido.

Não será novidade informar que a Organização Regional foi multiplicada em efectivos nestes últimos 6 meses. O facto é muito positivo e importante, mas não deixou nem deixa ainda de trazer-nos dificuldades de varia ordem, a principal das quais reside no facto de se exigir aos activistas de antes de 25 de Abril para enquadrar e ajudar organizativa, política e ideologicamente os novos militantes, cuja experiência e bagagem são inevitavelmente muito pobres.

Outros problemas orgânicos nos têm surgido. E o caso generalizado da estruturação que confere ao Partido a plena realização dos princípios fundamentais e lhe dá toda a sua reco-

hecida eficiência prática; e o caso da organização de base geográfica e administrativa que importa criar independentemente do facto de continuar a ser a célula de empresa a grande e insubstituível base natural de toda a organização.

Encaramos todavia estas questões como as crises inevitáveis de um rápido processo de crescimento. Sabemos que estes problemas se interligam, se condicionam e se podem resolver harmoniosamente por acção recíproca. Nesse sentido estamos actuando, e com êxito notável em muitos aspectos.

Intensificaremos o nosso esforço neste campo, através das medidas adequadas. E ganharemos a batalha dos quadros da formação dos militantes, da es-

truturação e da organização geográfica, como temos ganho tantas outras batalhas no terreno político. O grande Partido que somos será dentro de breves meses um Partido ainda maior, ainda mais monolítico e ainda mais poderoso, ao serviço da Democracia, da classe operária, das classes trabalhadoras, do Povo deste País!

Em nome da Direcção da Organização Regional de Lisboa, e, estou certo, no de todos os comunistas da região, transmito tal promessa a este nosso Congresso.

Viva a aliança da unidade operária e democrática com o MPA!

Viva a classe operária!

Viva o Partido Comunista Português!

D. O. R. N.

Queridos Camaradas:

Em nome da DORN, dirijo as mais calorosas saudações revolucionárias a este Congresso Extraordinário do PCP, a todos os seus delegados e convidados.

A DORN sabe que embora este Congresso tenha apenas a duração de um dia, os últimos seis dias, desde a sua convocação, foram de intensa actividade e discussão em toda a Organização Regional do Norte, constituindo assim uma verdadeira ampliação dos trabalhos do Congresso a toda a semana que o precedeu.

Em centenas de reuniões promovidas pelos organismos e sectores que fazem parte da Organização Regional do Norte, os militantes do Partido tiveram uma activa participação na preparação do Congresso. Muitos organismos e militantes da ORN fizeram propostas concretas de alteração do Programa e dos Estatutos, quer de reacção quer de conteúdo, que certamente foram tidas em conta, nos projectos finais destes dois documentos agora apresentados ao Congresso.

Quanto aos Estatutos, o conceito da DORN é que as propostas de modificação introduzidas reflectem o processo de democratização em curso no País que permite ao Partido Comunista banir as restrições à democracia interna impostas pela situação de clandestinidade que vivemos debaixo do fascismo.

Entretanto, a DORN conside-

truturação e da organização geográfica, como temos ganho tantas outras batalhas no terreno político. O grande Partido que somos será dentro de breves meses um Partido ainda maior, ainda mais monolítico e ainda mais poderoso, ao serviço da Democracia, da classe operária, das classes trabalhadoras, do Povo deste País!

Em nome da Direcção da Organização Regional de Lisboa, e, estou certo, no de todos os comunistas da região, transmito tal promessa a este nosso Congresso.

Viva a aliança da unidade operária e democrática com o MPA!

Viva a classe operária!

Viva o Partido Comunista Português!

na que, ao longo dos 48 anos de clandestinidade, as restrições à democracia interna não foram um facto saliente na vida do Partido. O que caracterizou o estilo de trabalho em todo o Partido foi sempre o carácter democrático que se conseguiu imprimir à vida interna do Partido, apesar das limitações exigidas pela compartimentação e pelos cuidados de defesa.

Os hábitos de trabalho colectivo, o uso da crítica e da auto-crítica, a livre e ampla discussão em todos os organismos do Partido, da base ao topo, a par da disciplina consciente e livremente aceite pelos organismos e militantes e da subordinação da minoria às decisões aprovadas pela maioria, constituíram a garantia da aplicação dos princípios do centralismo democrático na vida do Partido e a base sólida da sua unidade orgânica durante os 48 anos de luta na clandestinidade.

Nesta sequência, as modificações agora introduzidas permitirão reforçar o centralismo democrático na vida do Partido.

Quanto ao projecto de Programa apresentado a discussão e aprovação deste Congresso, considera a DORN que as suas alterações em relação ao anterior Programa aprovado em 1965 pelo VI Congresso são resultantes da modificação radical na vida nacional aberta pela sublevação militar do 25 de Abril.

Na fase histórica da Revolução Democrática e Nacional que



O almoço nos revedos junto ao Pavilhão foi pretexto para alguns momentos de convívio

vivemos, o actual Programa proposto reflecte a dupla característica desta situação: por um lado caminha-se a passos largos para a realização de vários pontos do anterior Programa, e por outro lado há pontos que quase completamente por realizar, designadamente os referentes ao poder dos monopólios e dos latifundiários que constituem frentes de batalha das forças empenhadas na democratização e na independência nacional.

Consideramos, pois, correcta a apreciação de que o 25 de Abril abriu uma nova fase da luta pela realização do Programa da Revolução Democrática e Nacional que comprova a tese

Também o Capítulo III — «A luta pela Revolução Democrática e Nacional, parte constitutiva da luta pelo socialismo», foi objecto de ampla discussão das organizações do Norte, que, com algumas encostas, apia-ram com plena compreensão a redacção proposta no Projecto de Programa.

Da discussão havida em toda a ORN, assim como da realizada na DORN, concluímos:

— Aproveitamos na generalidade o Projecto de Programa, aprovado em 1965 pelo VI Congresso, e consideramos o nosso Programa a garantia da unidade ideológica e da unidade de acção de todo o Partido.

— Levaremos à prática a importante tarefa de discutir e divulgar amplamente entre a clas-

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. A realização do VII Congresso (Extraordinário) do PCP constituiu um grande êxito do Partido, de todos os seus militantes, do Comité Central que o convocou e dirigiu das reorganizações partidárias que o prepararam em trabalho intenso em escassos dias, da classe operária e dos trabalhadores que, através do seu Partido de classe, exprimiram os seus anseios e definiram os seus objectivos. Constituiu um grande acontecimento da vida política nacional.

Foi um grande êxito pela amplíssima participação de muitos milhares de membros do Partido, de Norte a Sul do continente e das ilhas adjacentes, nas centenas de reuniões preparatórias e nas sessões do próprio Congresso, numa afirmação do seu enraizamento nacional e da democracia da sua vida interna, apesar das condições extraordinárias da sua efectivação; pelo vibrante entusiasmo, pela clara manifestação da coesão de todo o Partido e da sua direcção, pelo espírito de organização e disciplina, livre e naturalmente praticada, e pelas relações de fraterna camaradagem que evidenciou.

Foi igualmente pela importância política dos documentos aprovados, pela definição das grandes tarefas prioritárias que se colocam na situação política actual — consolidar as liberdades, cortar o passo à reacção, prosseguir a democratização e a descolonização, defender a estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento, e conduzir o País à realização de eleições realmente livres para a Assembleia Constituinte — e pela proposta de uma plataforma de medidas de emergência para assegurar o êxito da sua realização.

As dezenas de mensagens de calorosa solidariedade recebidas de Partidos irmãos de todo o Mundo e o entusiástico acolhimento que lhes foi dispensado, foram uma alta expressão de internacionalismo proletário.

Afirmando-se uma vez mais na prática como a vanguarda e o guia dos trabalhadores portugueses, o PCP confirmou ser um grande partido nacional ao serviço do Povo e da Pátria, factor imprescindível para a defesa das liberdades e para a instauração da Democracia em Portugal.

2. A Comissão Política do CC do PCP saúda calorosamente todas as organizações, os delegados, os convidados, os camaradas que asseguraram a organização e os serviços de segurança do Congresso, todos os militantes do Partido, que não regatearam esforços e deram o melhor da sua dedicação e inteligência para o êxito da realização do Congresso. E apela para que todas as organizações e cada militante se lancem imediatamente ao trabalho de levar à prática as decisões do Congresso, discutindo em todos os organismos os documentos aprovados, levando às mais largas massas a análise e os objectivos propostos pelo Partido, mobilizando os trabalhadores e o povo para a sua realização.

Lisboa, 22 de Outubro de 1974.

A Comissão Política do Comité Central do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

D. O. R. B.

Camaradas! Em nome da Direcção da Organização Regional das Beiras do Partido Comunista Português saúdo todos os camaradas e amigos presentes neste primeiro Congresso do nosso Partido depois de 48 anos de luta nas mais duras condições de clandestinidade.

Camaradas! Um Congresso é sempre, em qualquer Partido marxista-leninista, um acontecimento da maior importância. E onde normalmente se ratifica a acção desenvolvida pelo Partido e se projecta o trabalho futuro.

Porém, nas condições actuais do nosso país e do nosso Partido, a realização deste Congresso tem um significado mais amplo: ele é, sem sombra de dúvida, um reflexo das novas condições criadas com o 25 de Abril e das lutas travadas até aqui pela consolidação do processo democrático então empreendido, como o representa, igualmente e mais uma vez, a resposta pronta aos acontecimentos e as modificações introduzidas na situação política de um Partido que faz do marxismo-leninismo um guia para a acção. Ele é, ainda, nas condições particulares do nosso país, mais uma demonstração de força, de organização, de implantação nas massas e do poder criador do nosso Partido, o Partido da classe operária e das massas trabalhadoras portuguesas, o grande Partido da resistência ao fascismo e da construção de uma sociedade socialista.

Camaradas! Com as alterações introduzidas na situação política impunham-se algumas alterações aos dois documentos básicos do Partido: o Programa e os Estatutos. No âmbito da Direcção da Organização Regional das Beiras, a semelhança do que foi feito em todas as outras organizações do Partido, foi levada a cabo uma ampla consulta e discussão dos projectos de alterações e algumas emendas foram propostas e a devido tempo entregues ao Comité Central. No fundamental, estas emendas procuraram preencher mais algumas ideias de fundo apontadas no projecto, já que

essencial das emendas introduzidas e a plataforma para a acção imediata (Capítulo II do programa) mereceram a aprovação da organização do Partido que está sob a responsabilidade desta Direcção Regional. Acentuamos, particularmente, que o Capítulo II do Programa constitui um precioso guia para a acção e para a prática nas grandes batalhas em que longa a Organização do Partido estará empenhada com vista a criação das condições essenciais que levem à eleição de uma Assembleia Constituinte e à formação de um Governo escolhido pelo próprio Povo.

Estas alterações ao Capítulo II do Programa que as eleições para a Assembleia Constituinte deverão ser realizadas de forma a traduzir com verdade e fidelidade a vontade do Povo Português. Ora, para que esta grande meta de facto se cumpra, torna-se necessário que a luta contra o poder dos monopólios, pela consolidação das liberdades, para o apressamento e concretização do processo de descolonização se intensifique e seja levada a cabo com a participação de cada vez mais amplas camadas populares.

Das medidas apontadas no Capítulo II, queremos salientar que, tal como lá se afirma, também para nós a luta contra o poder dos monopólios e a grande opção que se tem de fazer no desenvolvimento da economia portuguesa tem particular significado. Efectivamente, perdida que foi para os monopólios a hegemonia do Poder Político com o derrubamento do Estado fascista e com as conquistas que entretanto se foram consolidando e alargando pela intervenção conjunta do Movimento Popular com o Movimento das Forças Armadas, seria um grave idealismo pensar que os monopólios se conformariam e adaptariam pacificamente à nova situação. Não! Os monopólios ainda não deram verdadeiramente a resposta às pesadas derrotas que têm vindo a sofrer no plano político. Para a sua reacção amanhã, a curto ou a médio prazo, temos que nos preparar conjuntamente com as outras forças democráticas, reforçando

continuamente a aliança com o Movimento das Forças Armadas. Por isso consideramos de extrema importância todas as medidas que no plano económico e em a consolidar as grandes vitórias populares e democráticas alcançadas.

Camaradas!

Expresamos, por último, a nossa profunda convicção de que a realização deste Congresso representará um importante factor de reforço da coesão e da unidade dos comunistas portugueses e do seu Partido e a certeza de que os documentos aqui aprovados ajudarão a construir um Partido maior, mais forte e mais coeso para as duras batalhas que os comunistas têm de travar conjuntamente com as outras forças democráticas. Consideramos, ainda, que numa complexa si-

tuacão política, como a que actualmente se vive em Portugal, os documentos aqui hoje aprovados clarificarão as etapas a percorrer, demarcarão as principais frentes de luta e serão, por isso, um precioso guia para a acção de todos os militantes e organizações do Partido.

VIVA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA!

VIVA A ALIANÇA DO MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS COM O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

VIVA A ALIANÇA DE TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

D. O. R. O. R.

Camaradas:

Passaram 9 anos sobre a realização do 6.º Congresso do nosso Partido. Neste Congresso foram aprovados o Programa e os Estatutos pelos quais orientamos a nossa acção na luta clandestina e, já depois do 25 de Abril, até este data.

Da justiça da linha de orientação aprovada no Programa e que nos justifica falar de uma forma evidente e clarividente com que foi travada e demonstrada na prática pela acção que tem sido entre as massas trabalhadoras.

Menos da justa interpretação dada pelos membros do Partido às decisões tomadas no 6.º Congresso, foi possível chegarmos ao 25 de Abril em condições de continuidade, agora na legalidade, a dirigir com a mesma autoridade e lutas travadas pelos trabalhadores e pelo povo português em geral.

De norte a sul do País, o nome do nosso Partido é citado com o maior respeito e carinho e sua influência no seio das classes trabalhadoras é cada vez maior. Não restam dúvidas a ninguém que foi a abnegada e corajosa luta dos nossos mais antigos camaradas, paga por alguns com a vida e por outros com longos anos de prisão, que proporcionou aos camaradas mais jovens a continuação do nosso trabalho na luta pela conquista da democracia e do socialismo.

Quem, como eu, teve a felicidade de conhecer algumas terras da província na região do Oeste e Ribatejo viu bem o respeito e a admiração com que eram citados, nas aldeias, vilas e cidades desta região, os nomes dos camaradas que por ali passaram no desempenho de tarefas do Partido, os quais criaram as raízes que possibilitaram o desenvolvimento do nosso trabalho, tais como José Moreira assassinado na FIDE, Soares Pereira Gomes (falecido na clandestinidade), Guilherme da Costa Carvahão (já falecido), Joaquim Pires Jorge, Manuel dos Santos, Jaime Serra, Hildio Esteves, Angélio Veloso, José Carlos e tantos outros.

Podemos afirmar, sem receio de ser desmentidos, que o nosso Partido é o Partido dos Operários Vidreiros da Marinha Grande, que é o Partido dos Operários Metalúrgicos de Torres Vedras e Torres Novas, dos Textéis da zona de Tomar e Torres Novas, que é o Partido dos Ferroviários do Entroncamento, que é o Partido dos Operários Agrícolas de Alparça e de outras zonas rurais do Ribatejo, que é o Partido dos Pescadores de Peniche, que é o Partido da grande maioria dos trabalhadores dos intelectuais, dos jovens operários e estudantes, dos camponeses, dos pequenos industriais e comerciantes tanto do Oeste como do Ribatejo.

Saudamos os trabalhadores da firma António Alves, de Torres Vedras, cuja luta contra os despedimentos abusivos deve servir de alerta aos outros trabalhadores contra as prepotências do patronato.

Saudamos os operários agrícolas de Benavente, Couço, Almeirim, Benficha do Ribatejo, Vale de Figueira, Pombalinho, Salvaterra de Magos, Mari-



Nos momentos das votações, os braços ergueram-se bem alto e demonstraram a coesão do nosso Partido

do Programa aprovado em 1965, sublinhando a íntima conexão dos seus 8 pontos. Os últimos 6 meses demonstraram que sem a sua realização conjunta, corre perigo as conquistas já alcançadas e que muito menos será possível o desenvolvimento do processo democrático e revolucionário.

Por isso, apoiamos igualmente a plataforma de acção imediata apresentada no II Capítulo do Projecto do Programa — «A luta pela instauração de um regime democrático».

Em toda a ORN foi muito intensa e muito criadora a discussão do actual Projecto de Programa. Os pontos que levantaram mais discussão e sobre os quais foi enviado um maior número de propostas de emenda foram, em primeiro lugar, o ponto 8.º — «Egerir uma política de Paz e Amizade com todos os Povos, no que se refere à participação e compromissos de Portugal na OTAN e noutros tratados militares, quer quanto ao seu aspecto agressivo quer quanto aos encargos que representam para o País».



As sessões de trabalhos prolongaram-se até ao fim do dia, mas o entusiasmo de todos os participantes nunca teve quebras

Advertisement for 'O QUE É O COMUNISMO?' by Georges Cogniot, translated by Egito Gonçalves. The text discusses the meaning of communism, its goals, and its role in society. It mentions the book is part of a collection 'SITUAÇÕES' and is priced at 50\$00. The publisher is EDITORIAL INOVA/APARTADO 466/PORTO.

Advertisement for 'Novos livros Estampa' featuring various books for sale. Titles include 'UM ANO DE FASCISMO NO CHILE', 'GUIA DO ESTUDANTE DE CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS', 'DICIONÁRIO FILOSÓFICO', 'CRISE DE ENERGIA OU ENERGIA POLITICA?', and 'A APRENDIZAGEM DA LEITURA'. Each book is listed with its author, publisher, and price.

O EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(Continuação da pág. anterior)

Chamusca, Alcanhões e Ulme. A luta dos trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, recentemente levada à prática e que não foi devidamente acompanhada pelo nosso Partido, é bem demonstrativa de que a luta não deve ser dirigida, de como os trabalhadores podem ser encaminhados para a busca da sua luta. Assim, esta luta que tinha aspectos justos e positivos, acabou por ser, no entanto, transformada num confronto com as Forças Armadas e o Governo Provisório, de que não resultaram, nem podiam resultar, vantagens tanto para os trabalhadores quanto para o nosso País. A autocrítica aqui expressa deve traduzir-se imediatamente na prática pelas correções que se impõem da nossa parte.

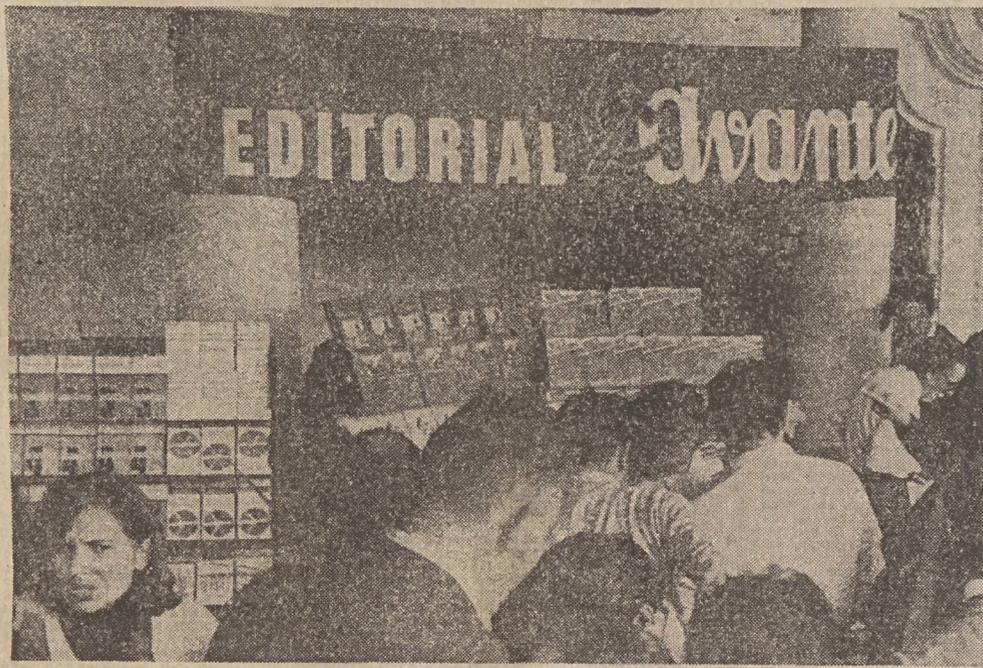
Saudamos os Operários Vitelinos da Marinha Grande pe-

lo seu grande espírito de classe demonstrado através de lutas sindicais e reivindicativas. Saudamos pelas solidariedades de sempre manifestadas para com os operários de outras regiões.

Saudamos todos os trabalhadores e restantes camadas laborais do Oeste e Ribatejo, salientando as populações de Alcanhões e Ulme, pela contribuição dada à luta antifascista.

E num constante e firme combate com a noção clara da conjuntura política e da correlação de forças em cada momento e desenvolvendo formas adequadas de luta que a classe operária acabará com a exploração do homem pelo homem e contribuirá para a construção de uma sociedade nova: «O SOCIALISMO».

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!



A Editorial Avante marcou a sua presença com um estande montado num dos corredores do Pavilhão

D. O. R. A.

Camaradas:

Em nome da organização do Algarve saudamos o Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português, todos os camaradas presentes, nomeadamente os membros do Comité Central, a quem desde já transmitimos a confiança dos comunistas algarvios.

Após o 25 de Abril o nosso Partido consolidou a sua organização no Algarve, concentrando-se firmemente implantado em todos os concelhos. Esta organização estende-se às mais pequenas localidades, às empresas e aos vários ramos de actividade. Isto, permitiu ao Partido encabeçar e orientar várias lutas reivindicativas dos trabalhadores, nomeadamente pescadores e conservas sendo de salientar a luta dos trabalhadores agrícolas do concelho de Lagoa que derrotando uma estrutura feudal conseguiram a formação do seu sindicato e a apresentação de um caderno reivindicativo aceite na sua quase totalidade, após um dia de paralisação completa do trabalho.

Partido participa activamente nas administrações locais e nas organizações de massas.

Durante os últimos anos de fascismo, acentuou-se a penetração do capital monopolista e estrangeiro, por modo que dominaram completamente a indústria turística e da construção civil e a área ligada, encontrando-se quase reduzida a população algarvia a prestação de serviços.

O 25 de Abril o capital monopolista retraiu fortemente os investimentos, o que originou um surto de desemprego sendo de salientar o sector da construção civil.

E fundamentalmente seja definida urgentemente uma política de turismo de massas e de construção social, que permita uma reorganização e reactivação do sector da construção civil.

No campo da agricultura sentem-se graves problemas como aliás em todo o País, estando o Partido a encabeçar a formação de comissões de trabalhadores e dos sindicatos de trabalhadores agrícolas.

Em dois sectores tradicionais de actividade da população algarvia, pesca e conservas de peixe, a herança do governo fascista é das mais pesadas, estando estes sectores em regressão acentuada com a consequência imediata de desemprego e miséria que afecta largas camadas da população. Estes sectores precisam de ser reconstruídos em termos economicamente viáveis e tecnicamente actualizados.

Camaradas: No dia 28 de Setembro ficou demonstrada a forte organização do Partido, no Algarve, na rápida mobilização de milhares de militantes, acompanhados de outros antifascistas controlando estradas e vigiando a costa.

Verificou-se também uma eficaz colaboração com o M.P.A., o que, sem estranheza, se aliou a uma aliança com o M.P.A. e a maior presença na defesa das liberdades já alcançadas.

Os vários comícios, concentrações manifestadas, após o 28 de Setembro, e a adesão massiva às lutas de protesto nacional, vieram demonstrar claramente que as massas populares estão firmemente empenhadas no processo revolucionário e apoiam activamente o Governo Provisório e o M.P.A.

Viva o Partido Comunista Português!

Comunistas da Madeira

Camaradas:

Somos portadores de uma mensagem de fraternidade e saudação dos comunistas da Madeira e do Porto Santo, no primeiro congresso do nosso partido realizado depois do derrubado fascismo e a todos os camaradas que lutam pela consolidação da democracia e pela construção do socialismo e do comunismo em Portugal. Sentimo-nos profundamente ligados às lutas das massas trabalhadoras lutaram contra o fascismo e a exploração capitalista e imperialista.

Essa batalha, por vezes heróica, revestiu-se das dificuldades conhecidas por todos nós, potenciadas, ainda, pelo isolamento geográfico que nunca nos permitiu uma eficaz aliança com as forças progressistas continentais e pelo estreito controlo fascista de toda a informação e de toda a actividade cultural.

O Movimento de 25 de Abril criou sólidas perspectivas para a construção de um Portugal democrático e para uma luta contra a exploração e o domínio pelo homem, contra a miséria, contra o obscurantismo, contra a opressão e contra a desigualdade social.

Simplesmente a reacção madeirense não chegou a desarmar por completo.

O domínio do capital estrangeiro ainda se manifesta fortemente e pesa na economia da ilha.

Por outro lado, muitas autoridades administrativas e outras entidades locais ainda servem exclusivamente os interesses da direita e pouco têm feito no sentido de assegurar a participação de amplas massas trabalhadoras e populares, nas tarefas da democratização e do progresso social.

Acresce que um ruído grupo de esquerdista tem ajudado a criar condições objectivas as manobras da reacção, que deles se serve para tentar lançar o descrédito sobre o Governo Provisório, sobre o glorioso Movimento das Forças Armadas e sobre as organizações partidárias de esquerda.

As massas camponesas têm sido vítimas de uma escassa e histórica campanha anti-

comunista, lançada por grande parte do clero local.

Depois do 28 de Setembro, a camada mais reaccionária da ilha, tendo uma solução nacional favorável aos interesses e objectivos das classes trabalhadoras, tem procurado servir-se de certos sectores pouco esclarecidos da população e do descontentamento causado pela exploração semi-colonial a que o regime português nos sujeita, nos últimos anos, para lançar a ideia de uma luta pela independência.

Com tal manobra, pretendem camuflar as suas verdadeiras intenções de perpetuar a exploração capitalista e imperialista na Madeira.

Queremos terminar com algumas palavras de confiança. Na verdade, o projecto do programa ora em discussão, oferecerá soluções para muitos dos nossos problemas.

A actual situação da colónia, forma simplificada de exploração agrícola, encontrará resposta no nosso projecto de reforma agrária, baseado no princípio da entrega da terra para quem a trabalha.

O obscurantismo será atacado e debelado pela nossa política de democratização da instrução e da cultura.

Finalmente a crise económica e social, que nos foi legada pelo fascismo, será vencida pelo nosso programa de liquidação do poder dos monopólios e pela promoção do desenvolvimento económico tendente a elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral.

Satisfeitos pela nossa participação na afirmação do convívio de que o programa e os estatutos a discutir, a aprovar nesta assembleia, serão um marco histórico para o desenvolvimento e consolidação da democracia no nosso País, terminamos com a afirmação de que nos empenharemos numa luta vigorosa pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras e de todas as massas populares.

Viva a classe operária!
Viva o Partido Comunista Português!

à estruturação do mesmo, nos Açores, Desenvolvidos estes contactos e criadas as condições mínimas necessárias à Organização, deu-se início à formação de células locais nos três distritos açorianos. Dada a sua recente formação, a actividade das nossas células encontra-se ainda numa fase inicial, tendo por base a ampliação do número de militantes e a formação de quadros, a acção junto dos sindicatos e a poluição das massas trabalhadoras, operárias e camponesas.

A nossa acção tem encontrado imensas dificuldades, devidas essencialmente a dois factores. A reacção local e a enorme despoluição das massas trabalhadoras, em especial nos meios rurais.

A reacção, aproveitando-se precisamente desta despoluição, conta, fundamentalmente, com duas frentes: por um lado, os grandes capitalistas industriais e os grandes proprietários rurais, pelo outro, uma grande parte do clero local. Este, aproveitando da sua posição privilegiada para não só impedir a politização das massas pelos partidos democráticos como até para desenvolver autênticas campanhas reaccionárias. Tudo fazemos para derrotar essas campanhas mas também tudo fazemos para explicar às populações que, de forma alguma, existe um problema religioso. Além disto, a reacção tem desenvolvido uma intensa acção ideológica clandestina chegando mesmo à formação de partidos fascistas, como, por exemplo, o Partido do Progresso, agora destruído, e de movimentos ultra-reaccionários como é o caso do M.A.P.A.

O movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano, o qual, usando a falsa capa da democracia, tenta iludir o povo com a ideia de uma autodeterminação impossível e pretende na prática a escravização desse povo aos interesses do capitalismo local e estrangeiro. Na verdade, este Movimento não tem qualquer representatividade a nível açoriano, como o demonstra o simples facto de apenas existir numa das nove ilhas.

Em relação ao Projecto do Programa apresentado neste Congresso, achamos que ele se aplica perfeitamente a situação açoriana, pois, ali onde a reacção ainda é forte, se torna urgente a instauração de um regime democrático. Ali onde o subdesenvolvimento económico é um facto, a par da existência de monopólios, se torna necessária a liquidação desses monopólios e a promoção do desenvolvimento económico geral. Ali onde predomina uma minoria de grandes proprietários rurais a par de grande número de pequenos proprietários e de um número ainda maior de rendeiros, se torna necessária a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha. Ali onde a instrução e a cultura são pouco desenvolvidas, se torna necessária a democratização do ensino, colocando-o ao serviço das classes trabalhadoras. Ali onde também o imperialismo marca a sua presença sobretudo no aspecto militar, se torna necessária a libertação do imperialismo.

Perante todos estes factos, manifestamos o nosso inteiro apoio ao Projecto de Programa e dos Estatutos que estamos discutindo.

Camaradas, terminamos certos de que este Congresso será um marco na história do nosso Partido e que abrirá grandes perspectivas na construção da democracia, e mais tarde do socialismo e do comunismo em Portugal.

VIVA O VII CONGRESSO!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

U. E. C.

Camaradas:

Os estudantes comunistas discutiram, vivendo o dia a dia, a proposta de alteração do Projecto de Programa e Estatutos. A discussão foi feita nos organismos e assembleias de todas as células da U.E.C. Ao Comité Central do nosso Partido foram entregues algumas propostas de alterações.

O balanço desta discussão e de que os estudantes comunistas compreendem o alcance das alterações propostas pelo CC e na generalidade lhes dão a sua aprovação.

Os estudantes têm dado um valioso contributo para o avanço do processo revolucionário iniciado a 25 de Abril. Eles estiveram com o Movimento das Forças Armadas que pôs fim a ditadura fascista e colonialista. Contribuíram com as suas lutas para criar as condições que tornaram a vitória possível. Estiveram com as forças democráticas e as massas populares nas escolas e nas ruas, em defesa da liberdade e no combate contra a reacção. Estão hoje ao lado da classe operária, das massas populares e das Forças Armadas na luta pela instauração de um regime democrático e pela realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte.

Ao lutarem pela reforma geral e democrática do ensino, os estudantes estão e estiveram na linha da Revolução Democrática e Nacional.

Com o derrubamento da ditadura fascista e a conquista das liberdades democráticas, a reforma geral e democrática do ensino deixou de ser uma bandeira de luta do movimento estudantil e popular para ser um programa de acção. A sua concretização total depende do avanço do processo revolucionário, mas também da acção unida dos estudantes e dos professores e autoridades académicas progressistas.

Logo nos dias que se seguiram ao 25 de Abril iniciou-se um processo de democratização do ensino e particularmente da Universidade. As medidas de então tomadas convergem e devem ser parte integrante de uma total transformação do ensino a que a União dos Estudantes Comunistas desde a sua fundação define como Reforma Geral e Democrática do Ensino.

A gestão democrática da escola foi um passo decisivo, mas não foi o suficiente para a estruturação do mesmo, nos Açores, Desenvolvidos estes contactos e criadas as condições mínimas necessárias à Organização, deu-se início à formação de células locais nos três distritos açorianos. Dada a sua recente formação, a actividade das nossas células encontra-se ainda numa fase inicial, tendo por base a ampliação do número de militantes e a formação de quadros, a acção junto dos sindicatos e a poluição das massas trabalhadoras, operárias e camponesas.

Os estudantes comunistas darão o melhor do seu esforço para que no mais breve prazo este grande sonho dos estudantes portugueses seja uma realidade. Defendemos uma União Nacional única, englobando e representando todos os estudantes portugueses, reconhecida oficialmente, como tal e segundo os princípios básicos do Movimento Associativo, democrático, unitário, igualitário e arreligiosidade. Para tanto é necessário estreitar e consolidar a unidade de todos os estudantes democratas independentemente das suas concepções políticas.

Camaradas: A luta estudantil é parte integrante da luta popular e apresenta as dificuldades próprias por quatro meses sem aulas, os estudantes têm desempenhado um importante papel nos grandes combates do povo português.

Os primeiros passos foram dados pelas Associações dos Estudantes do País ao constituírem uma Comissão Pró-UNEP que abriu já novas perspectivas de trabalho associativo. E justo sairmos às campanhas de alfabetização e de educação sanitária, que foram bem o símbolo do lema: «Unidade estudantil com o povo trabalhador».

Os estudantes comunistas darão o melhor do seu esforço para que no mais breve prazo este grande sonho dos estudantes portugueses seja uma realidade. Defendemos uma União Nacional única, englobando e representando todos os estudantes portugueses, reconhecida oficialmente, como tal e segundo os princípios básicos do Movimento Associativo, democrático, unitário, igualitário e arreligiosidade. Para tanto é necessário estreitar e consolidar a unidade de todos os estudantes democratas independentemente das suas concepções políticas.

Camaradas: A luta estudantil é parte integrante da luta popular e apresenta as dificuldades próprias por quatro meses sem aulas, os estudantes têm desempenhado um importante papel nos grandes combates do povo português.

Quando camaradas: Ao VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português, que hoje aqui realizamos, expresso em nome dos jovens trabalhadores do nosso País as mais sentidas felicitações.

Saúdo com igual calor o nosso Comité Central, os jovens trabalhadores aqui presentes, a delegação da U.E.C., as organizações do Partido e todos os convidados a este Congresso.

Dezenas de anos de luta e pesados sacrifícios fizeram do nosso Partido o punho mais forte contra o fascismo e a reacção. Hoje, o lugar de vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e o papel de grande animador e dirigente das suas lutas.

Estamos certos que neste nosso congresso a aprovação das alterações ao Programa e Estatutos, que apoiamos, virão na prática uma vez mais confirmar a justiça da nossa orientação e apontar as tarefas que se vão colocar aos comunistas contribuintes para o avanço da democracia no nosso País. Para o reforço e unidade do nosso Partido, para a unidade de acção com outras forças democráticas e para o fortalecimento da luta da juventude.

A frente das grandes lutas, cumprindo os deveres revolucionários de vanguarda da classe operária e do povo, o Partido Comunista Português nunca desprezou a acção unitária com outras forças democráticas e sempre soube dar as mãos à juventude, dedicando-lhe especial atenção.

Meses atrás, antes do 25 de Abril, o nosso Partido trabalhava com vista à criação de uma organização da juventude trabalhadora comunista. Porém, as alterações profundas na situação política do nosso País, que nos permitiram lançar as bases de um grande movimento unitário da juventude trabalhadora portuguesa.

E dever dos jovens comunistas e do seu Partido, de acordo com as condições concretas, saídas da acção, a prática de formas tácticas que permitam trazer à luta as grandes massas da juventude trabalhadora.

A dinamização da vida associativa, a participação dos jovens no processo de democratização, o desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras (a nível sindical, no campo da cultura e do desporto), nas quais se cimeta a unidade da juventude, se eleva a um nível de importância política e de classe. O reforço da luta pelo fim da guerra e a pressão do processo de descolonização, a luta em defesa dos seus interesses e aspirações levou a direcção do nosso Partido, e sem a defender a criação de um amplo movimento unitário da juventude trabalhadora.

Os estudantes comunistas darão o melhor do seu esforço para que no mais breve prazo este grande sonho dos estudantes portugueses seja uma realidade. Defendemos uma União Nacional única, englobando e representando todos os estudantes portugueses, reconhecida oficialmente, como tal e segundo os princípios básicos do Movimento Associativo, democrático, unitário, igualitário e arreligiosidade. Para tanto é necessário estreitar e consolidar a unidade de todos os estudantes democratas independentemente das suas concepções políticas.

Camaradas: A luta estudantil é parte integrante da luta popular e apresenta as dificuldades próprias por quatro meses sem aulas, os estudantes têm desempenhado um importante papel nos grandes combates do povo português.

Quando camaradas: Ao VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português, que hoje aqui realizamos, expresso em nome dos jovens trabalhadores do nosso País as mais sentidas felicitações.

Saúdo com igual calor o nosso Comité Central, os jovens trabalhadores aqui presentes, a delegação da U.E.C., as organizações do Partido e todos os convidados a este Congresso.

Dezenas de anos de luta e pesados sacrifícios fizeram do nosso Partido o punho mais forte contra o fascismo e a reacção. Hoje, o lugar de vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e o papel de grande animador e dirigente das suas lutas.

Estamos certos que neste nosso congresso a aprovação das alterações ao Programa e Estatutos, que apoiamos, virão na prática uma vez mais confirmar a justiça da nossa orientação e apontar as tarefas que se vão colocar aos comunistas contribuintes para o avanço da democracia no nosso País. Para o reforço e unidade do nosso Partido, para a unidade de acção com outras forças democráticas e para o fortalecimento da luta da juventude.

A frente das grandes lutas, cumprindo os deveres revolucionários de vanguarda da classe operária e do povo, o Partido Comunista Português nunca desprezou a acção unitária com outras forças democráticas e sempre soube dar as mãos à juventude, dedicando-lhe especial atenção.

Meses atrás, antes do 25 de Abril, o nosso Partido trabalhava com vista à criação de uma organização da juventude trabalhadora comunista. Porém, as alterações profundas na situação política do nosso País, que nos permitiram lançar as bases de um grande movimento unitário da juventude trabalhadora portuguesa.

E dever dos jovens comunistas e do seu Partido, de acordo com as condições concretas, saídas da acção, a prática de formas tácticas que permitam trazer à luta as grandes massas da juventude trabalhadora.

A dinamização da vida associativa, a participação dos jovens no processo de democratização, o desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras (a nível sindical, no campo da cultura e do desporto), nas quais se cimeta a unidade da juventude, se eleva a um nível de importância política e de classe. O reforço da luta pelo fim da guerra e a pressão do processo de descolonização, a luta em defesa dos seus interesses e aspirações levou a direcção do nosso Partido, e sem a defender a criação de um amplo movimento unitário da juventude trabalhadora.

Os estudantes comunistas darão o melhor do seu esforço para que no mais breve prazo este grande sonho dos estudantes portugueses seja uma realidade. Defendemos uma União Nacional única, englobando e representando todos os estudantes portugueses, reconhecida oficialmente, como tal e segundo os princípios básicos do Movimento Associativo, democrático, unitário, igualitário e arreligiosidade. Para tanto é necessário estreitar e consolidar a unidade de todos os estudantes democratas independentemente das suas concepções políticas.

Camaradas: A luta estudantil é parte integrante da luta popular e apresenta as dificuldades próprias por quatro meses sem aulas, os estudantes têm desempenhado um importante papel nos grandes combates do povo português.

Quando camaradas: Ao VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português, que hoje aqui realizamos, expresso em nome dos jovens trabalhadores do nosso País as mais sentidas felicitações.

Saúdo com igual calor o nosso Comité Central, os jovens trabalhadores aqui presentes, a delegação da U.E.C., as organizações do Partido e todos os convidados a este Congresso.

Dezenas de anos de luta e pesados sacrifícios fizeram do nosso Partido o punho mais forte contra o fascismo e a reacção. Hoje, o lugar de vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e o papel de grande animador e dirigente das suas lutas.

Estamos certos que neste nosso congresso a aprovação das alterações ao Programa e Estatutos, que apoiamos, virão na prática uma vez mais confirmar a justiça da nossa orientação e apontar as tarefas que se vão colocar aos comunistas contribuintes para o avanço da democracia no nosso País. Para o reforço e unidade do nosso Partido, para a unidade de acção com outras forças democráticas e para o fortalecimento da luta da juventude.

A frente das grandes lutas, cumprindo os deveres revolucionários de vanguarda da classe operária e do povo, o Partido Comunista Português nunca desprezou a acção unitária com outras forças democráticas e sempre soube dar as mãos à juventude, dedicando-lhe especial atenção.

Meses atrás, antes do 25 de Abril, o nosso Partido trabalhava com vista à criação de uma organização da juventude trabalhadora comunista. Porém, as alterações profundas na situação política do nosso País, que nos permitiram lançar as bases de um grande movimento unitário da juventude trabalhadora portuguesa.

E dever dos jovens comunistas e do seu Partido, de acordo com as condições concretas, saídas da acção, a prática de formas tácticas que permitam trazer à luta as grandes massas da juventude trabalhadora.

A dinamização da vida associativa, a participação dos jovens no processo de democratização, o desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras (a nível sindical, no campo da cultura e do desporto), nas quais se cimeta a unidade da juventude, se eleva a um nível de importância política e de classe. O reforço da luta pelo fim da guerra e a pressão do processo de descolonização, a luta em defesa dos seus interesses e aspirações levou a direcção do nosso Partido, e sem a defender a criação de um amplo movimento unitário da juventude trabalhadora.

OCTÁVIO PATO: APRESENTAÇÃO DO CC

Camaradas: Num Congresso normal, é igualmente normal eleger o CC. Mas estamos a realizar um Congresso extraordinário, e, por isso, não haverá eleição do CC. Essa eleição far-se-á no Congresso que se realizará em data que estamos confiantes não será muito distante.

Pensa, entretanto, o CC que todo o Partido e todo o nosso povo deve de já conhecer a actual composição do CC, assim como a composição dos seus dois principais organismos, isto é, a Comissão Política e o Secretariado do CC.

Convém esclarecer que a grande maioria dos actuais 36 membros do CC já a ele pertenciam, no período anterior ao 25 de Abril.

Como se sabe, o CC é formado por membros efectivos e membros suplentes.

São membros efectivos do CC, os seguintes camaradas: Alvaro Cunhal, Américo Leal, Angelo Veloso, António Gervásio, Blanqui Teixeira, Carlos Abaim Inglês, Carlos Brito, Carlos Costa, Dias Lourenço, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Francisco Miguel, Georgette Ferreira, Jaime Serra, João Gomes, José Magro, José Vitoriano, Octávio Pato, Pedro Soares, Pires Jorge, Rogério Carvalho, Sérgio Vilariques, Sofia Ferreira.

Nos 23 membros efectivos do CC, são operários e empregados 17 camaradas, isto é, 74% do total dos membros. No conjunto dos 36 membros efectivos e suplentes do CC, existem 24 camaradas operários e empregados e 12 camaradas de origem intelectual.

Existem apenas 4 camaradas, membros suplentes do CC, que não estiveram presos nas masmorras fascistas. No seu conjunto, a soma total de anos de prisão sofrida pelos membros do actual CC ultrapassam 300 anos de prisão! Mais exactamente: 308!

Contrariamente aos desejos, intrigas e boatos lançados por inimigos do Partido, é com imensa satisfação que podemos afirmar que a unidade de pensamento e de acção do CC do Partido é uma realidade e que essa unidade tem sido um dos principais factores para os sucessos até hoje alcançados pelo Partido.

Pensamos, camaradas, que o CC do nosso grande glorioso Partido goza da confiança de todos os seus membros, assim como goza da confiança da classe operária e do povo de Portugal.

Viva o Partido Comunista Português!

Partido necessitará para a sua organização geral, o seu dever é militarizar a organização unitária da juventude trabalhadora. Defender lá as posições políticas e os seus deveres de revolucionários sem contudo impedir o livre debate de ideias e deixar de aceitar as decisões maioritárias.

Os comunistas não têm medo da unidade. Tem sido, pelo contrário, os seus mais consequentes defensores e os seus mais firmemente defendem as decisões democráticas.

Esta orientação, queridas camaradas, nem em todo o lado tem sido justamente levada à prática. O amoroso de tarefas que surgem para a acção, em termos de debruçar, tal como a diversidade de problemas inerentes a um alargamento rápido do nosso Partido não tem permitido por vezes uma justa compreensão desta orientação.

O MJT tem, neste momento, uma larga projecção nacional. Milhares de jovens de todo o País têm aderido à sua organização nos últimos meses. Muitos dos milhares participaram nas suas iniciativas e receberam na sua influência, e com entusiasmo que jovens de diferentes tendências políticas, entre os quais os comunistas e muitos jovens sem partido, realizam em conjunto, de norte a sul do País, iniciativas e eventos que vão contribuindo para a necessidade objectiva da juventude da sua maior e mais aberta participação na democratização do País, da formação de um grande movimento nacional, vanguarda dos jovens trabalhadores portugueses.

Aos jovens comunistas trazendo casos especiais, que o MJT e a participação de sectores cada vez mais amplos de jovens antifascistas de diferentes tendências políticas passou a corresponder a uma necessidade objectiva da juventude da sua maior e mais aberta participação na democratização do País, da formação de um grande movimento nacional, vanguarda dos jovens trabalhadores portugueses.

Aos jovens comunistas trazendo casos especiais, que o MJT e a participação de sectores cada vez mais amplos de jovens antifascistas de diferentes tendências políticas passou a corresponder a uma necessidade objectiva da juventude da sua maior e mais aberta participação na democratização do País, da formação de um grande movimento nacional, vanguarda dos jovens trabalhadores portugueses.

(Continua na pág. seguinte)

Comunistas dos Açores

CAMARADAS:

É com a maior satisfação que os comunistas dos Açores se fazem representar pela primeira vez num Congresso do Partido Comunista Português. O isolamento das nossas ilhas, e a distância que nos separa do Continente e a clandestinidade do Partido antes do 25 de Abril não foram obstáculos suficientes para nos afastarem da luta antifascista.

A história diz-nos que, além do auxílio prestado aos presos políticos encarcerados na Fortaleza de São João Baptista na Ilha Terceira — auxílio esse prestado através do Socorro Vermelho, padeceram também na carne os açorianos a perseguição movida pelo fascismo.

Além disso a nossa luta pelas classes trabalhadoras,

tanto nos Sindicatos como nas Empresas, foi continuada. Devido porém, a condições locais referidos, os resultados obtidos foram escassos, mas o nosso espírito de combate nunca abrandou.

Salientar ainda a acção política de vários dos nossos camaradas no Movimento Democrático apoiando todas as formas de luta antifascista e todas as iniciativas democráticas daquele Movimento.

Logo após o 25 de Abril, com a vitória do povo e do Movimento de 25 de Abril, o derrube do regime fascista e a restituição das liberdades democráticas ao Povo Português, os comunistas açorianos começaram a estabelecer contactos entre si e com a Organização Nacional do Partido para vis-

Camaradas:

Os estudantes comunistas discutiram, vivendo o dia a dia, a proposta de alteração do Projecto de Programa e Estatutos. A discussão foi feita nos organismos e assembleias de todas as células da U.E.C. Ao Comité Central do nosso Partido foram entregues algumas propostas de alterações.

O balanço desta discussão e de que os estudantes comunistas compreendem o alcance das alterações propostas pelo CC e na generalidade lhes dão a sua aprovação.

Os estudantes têm dado um valioso contributo para o avanço do processo revolucionário iniciado a 25 de Abril. Eles estiveram com o Movimento das Forças Armadas que pôs fim a ditadura fascista e colonialista. Contribuíram com as suas lutas para criar as condições que tornaram a vitória possível. Estiveram com as forças democráticas e as massas populares nas escolas e nas ruas, em defesa da liberdade e no combate contra a reacção. Estão hoje ao lado da classe operária, das massas populares e das Forças Armadas na luta pela instauração de um regime democrático e pela realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte.

Ao lutarem pela reforma geral e democrática do ensino, os estudantes estão e estiveram na linha da Revolução Democrática e Nacional.

Com o derrubamento da ditadura fascista e a conquista das liberdades democráticas, a reforma geral e democrática do ensino deixou de ser uma bandeira de luta do movimento estudantil e popular para ser um programa de acção. A sua concretização total depende do avanço do processo revolucionário, mas também da acção unida dos estudantes e dos professores e autoridades académicas progressistas.

Logo nos dias que se seguiram ao 25 de Abril iniciou-se um processo de democratização do ensino e particularmente da Universidade. As medidas de então tomadas convergem e devem ser parte integrante de uma total transformação do ensino a que a União dos Estudantes Comunistas desde a sua fundação define como Reforma Geral e Democrática do Ensino.

professores e autoridades académicas fascistas, recrutamento de novos professores, abolição de matérias e disciplinas reaccionárias e a sua substituição, mudança dos critérios de avaliação de conhecimentos aos comunistas já alcançados.

No entanto, camaradas, muito há a fazer para a democratização da instrução e da cultura que por fim a ignorância secular a que as massas trabalhadoras foram submetidas.

Este programa afirma no Projecto de Programa em discussão neste Congresso a democratização do ensino que terá milhares de quadros intelectuais e técnicos vindos das classes trabalhadoras (evitados à defesa dos êxitos da revolução) e capazes de impulsionar o rápido progresso do País. Nesse sentido, a União dos Estudantes Comunistas aponta como direcções principais a política educacional visando o acesso efectivo às escolas médias e muito em particular superiores dos filhos dos trabalhadores e a extinção do analfabetismo.

Isso exige desde já uma redução do custo das propinas e do material escolar, uma nova política social estudantil (bolsas de estudo, habitação, cantinas, transporte e outros serviços) e dos critérios de entrada na Universidade que dêem total prioridade aos jovens oriundos da classe operária e do campesinato, aos jovens trabalhadores e aos jovens vindos das regiões mais atrasadas do País.

Existe também um aumento radical das verbas com a educação que permita não só essa política social mas que crie reais condições pedagógicas.

Os estudantes comunistas têm um papel de vanguarda no processo de democratização do ensino podemos afirmar sem nenhuma dúvida, que todas as medidas adoptadas o têm sido com a cooperação dos comunistas ou pela sua acção.

Muitas dificuldades houve e está a haver neste complexo processo. Antes do mais a terrível herança deixada por 50 anos de fascismo, nas não podemos passar em branco a acção dos reaccionários e dos pseudo revolucionários que procuram travar. Estes últimos a título de uma teorização e de uma prática pseudo-radical e objectivista causam grandes prejuízos ao movimento estudantil com o próprio movimento popular, obrigam a um grande desgast de esforços, a um constante combate contra os seus ataques e manobras.

Jovens trabalhadores

Quando camaradas:

Ao VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português, que hoje aqui realizamos, expresso em nome dos jovens trabalhadores do nosso País as mais sentidas felicitações.

Saúdo com igual calor o nosso Comité Central, os jovens trabalhadores aqui presentes, a delegação da U.E.C., as organizações do Partido e todos os convidados a este Congresso.

Dezenas de anos de luta e pesados sacrifícios fizeram do nosso Partido o punho mais forte contra o fascismo e a reacção. Hoje, o lugar de vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e o papel de grande animador e dirigente das suas lutas.

Estamos certos que neste nosso congresso a aprovação das alterações ao Programa e Estatutos, que apoiamos, virão na prática uma vez mais confirmar a justiça da nossa orientação e apontar as tarefas que se vão colocar aos comunistas contribuintes para o avanço da democracia no nosso País. Para o reforço e unidade do nosso Partido, para a unidade de acção com outras forças democráticas e para o fortalecimento da luta da juventude.

A frente das grandes lutas, cumprindo os deveres revolucionários de vanguarda da classe operária e do povo, o Partido Comunista Português nunca desprezou a acção unitária com outras forças democráticas e sempre soube dar as mãos à juventude, dedicando-lhe especial atenção.

Meses atrás, antes do 25 de Abril, o nosso Partido trabalhava com vista à criação de uma organização da juventude trabalhadora comunista. Porém, as alterações profundas na situação política do nosso País, que nos permitiram lançar as bases de um grande movimento unitário da juventude trabalhadora portuguesa.



Janos Nagy, o intérprete e os nossos repórteres

JÁNOS NAGY AO «AVANTE!»:

BOAS PERSPECTIVAS PARA O INCREMENTO DAS RELAÇÕES A TODOS OS NÍVEIS ENTRE PORTUGAL E HUNGRIA

Durante alguns dias, permaneceu no nosso país o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Hungria, János Nagy, o qual estabeleceu uma série de contactos com diversas entidades portuguesas, incluindo o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves. A Hungria foi um dos primeiros países socialistas a estabelecer relações diplomáticas com Portugal a nível de embaixador, revestindo-se a visita agora efectuada do maior significado. János Nagy, não obstante o carregado programa da sua estada no nosso país, acedeu prontamente a trocar breves impressões com a reportagem do «Avante!».

Qual o principal objectivo da sua visita a Portugal? — Trata-se da primeira oportunidade para contactos a um tal nível entre os nossos dois Governos. O único precedente foi uma reunião internacional a que esteve presente o vosso secretário de Estado para o Comércio Externo. Trata-se, portanto, apenas de um começo no caminho das nossas mútuas relações, dada a inexistência, por razões compreensíveis, de contactos anteriores. É este, pois, o objectivo desta visita.

Particularizando o aspecto económico, o nosso interlocutor salientou: — Estamos muito felizes por estar em Lisboa e espe-

ramos que o desenvolvimento das nossas relações se prolongue por um largo período, com vantagens para os dois países.

Em função dos contactos tidos já em Lisboa, solicitámos ao vice-ministro húngaro que precisasse quais os campos possíveis para o desenvolvimento dessas relações.

— Vejo grandes possibilidades nesse sentido nos aspectos político, cultural, económico, cultural e turístico. No domínio político, há que regularizar as relações entre os nossos dois governos. No domínio cultural, bem se pode dizer que conhecemos muito pouco do património de cada um dos nossos países, havendo portanto um longo caminho a percorrer, que partirá praticamente do zero. Neste aspecto, os jornalistas, homens da Imprensa, rádio e televisão terão um importante papel a desempenhar. No domínio turístico, esperamos que a anterior situação se modifique, e que em breve haja muitos portugueses no nosso país e muitos húngaros aqui...

— Pensamos que no domínio económico os contactos poderão ser desenvolvidos não só no sentido tradicional do termo mas também

no que se refere à cooperação económica e industrial. Antes da segunda guerra mundial a Hungria incluía-se entre os países mais pobres e oprimidos. Era a Hungria dos três milhões de mendigos, numa população de nove milhões; era o tempo em que a tuberculose se chamava, significativamente, «doença húngara». O regime fascista que vigorava no nosso país, aliado a Hitler, obrigou-nos a entrar na guerra. Tivemos centenas de milhares de mortos e o país foi quase completamente destruído. Depois da guerra, com o socialismo, houve um grande volta-face, e o nosso país iniciou um período de grande desenvolvimento, na agricultura, indústria, etc. Esta situação abre grandes possibilidades à cooperação com Portugal e estou certo que novos e estreitos laços serão estabelecidos.

Mudámos de assunto. E perguntámos a János Nagy de que modo tinha o povo húngaro encarado a queda do fascismo em Portugal e a instauração do novo regime democrático. — Como um entre milhões de húngaros, posso assegurar que seguimos com o maior interesse a viragem constituída pelo 25 de Abril e os passos dados no caminho da democracia. Trata-se, aliás, de um interesse compreensível, visto que, pela nossa parte, nunca fomos indiferentes à luta entre o progresso e a reacção, sem que isso alguma vez tenha significado ingerência nos assuntos internos dos outros países.

— E no que se refere ao aspecto específico da descolonização? — O facto de Portugal ter erigido o princípio da descolonização como um dos fundamentais da sua nova orientação política foi saudado pelo nosso Governo e pela nossa opinião pú-

blica com grande satisfação. Um bom exemplo disso foram as palavras a este respeito pronunciadas recentemente na Assembleia Geral das Nações Unidas pelo nosso ministro dos Negócios Estrangeiros.

Não quisemos reter János Nagy por mais tempo. Antes de terminarmos a nossa conversa, porém, ele fez questão de saudar os leitores do «Avante!» e agradecer a oportunidade que tivera para dar a conhecer as posições do seu Governo acerca do novo tipo de relações possível entre Portugal e a Hungria. Relações essas que, também pela nossa parte, desejamos que se estreitem o mais rapidamente possível.

EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA EM AVEIRO

A Câmara Municipal de Aveiro promove, com a colaboração das organizações cooperativas, e sob a orientação técnica da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, nos dias 25, 26 e 27 do corrente, no Rossio desta cidade, uma exposição-feira agro-pecuária.

Com esta realização, na qual se integra o 36.º Concurso Pecuário, visa-se a apreciação dos efectivos bovinos e, simultaneamente, o estímulo e a orientação dos criadores.

Este acontecimento de sobremaneira importante, é digno de realce, dado que ninguém ignora o peso deste distrito no campo agro-pecuário.

Enquadrado nesta exposição, estará patente um «stand» do nosso Partido.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM OS TRABALHADORES DA RENAULT

Os trabalhadores das Indústrias Lusitanas Renault, da Guarda, alertaram, há uns meses atrás, o Ministério do Trabalho, pedindo o apoio dos serviços competentes para impedir que se concretizasse uma ameaça de despedimento colectivo.

Após reuniões dos representantes dos trabalhadores e da administração da empresa, sugeridas por aquele Ministério, a Renault Lusitana suspendeu os despedimentos de 68 trabalhadores,

acabando por garantir que já não os fará.

Além da actuação ministerial em defesa da garantia de emprego e dos direitos dos trabalhadores é de assinalar a atitude dos seus colegas da Comissão Central da empresa Renault, em França, que, através do seu Serviço Económico e de Documentação, forneceram elementos importantes e sugeriram processos de actuação, lembrando, designadamente, a necessidade de uma apertada vigilância con-

tra as manobras reaccionárias, nas condições em que decorre a democratização de Portugal.

Aqueles operários franceses da Renault, filiados na Confederação Geral do Trabalho (CGT), numa manifestação concreta de solidariedade e internacionalismo na luta sindical, sugeriram aos colegas da Guarda a conveniência de dar conhecimento a todos os assalariados do grupo Renault das ameaças que pesavam sobre os operários da filial portuguesa.

Dada a pronta resposta dos trabalhadores e a actuação do Ministério do Trabalho, os despedimentos não se concretizaram. Na conclusão favorável pesou, sem dúvida, o apoio da comissão de empresa da Renault aos seus colegas portugueses, numa manifestação positiva da unidade e solidariedade internacional dos trabalhadores.

CRISE NO COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO

Uma grave crise no comércio do vinho do Porto exige que sejam tomadas no imediato medidas que permitam vencê-la.

Presentemente os exportadores preferem comprar o vinho directamente à lavoura, dado que, também eles, sabem que o lavrador isolado é mais fácil de explorar. As Adegas Cooperativas, tendo mais facilidade de crédito, não abdicam dos preços estipulados pelo Instituto do Vinho do Porto e Casa do Douro.

Perante a pouca procura do vinho e a sua consequente desvalorização, o lavrador, sem possibilidades de armazenar o vinho e esperar melhores preços, por falta de instalações e por não ter capacidade financeira, entra em pânico e vende o vinho ao desbarato.

Desta situação aproveitam-se os que originaram este clima: os exportadores. Estes justificam o retraimento nas compras, apontando a falta de crédito bancário, a especulação comercial, a falta de capacidade de armazenagem e a queda da exportação.

Os grandes comerciantes estão a pagar a litragem (cartões de benefício), ao preço médio de 2000\$00/pipa e as uvas ao preço médio de 3500 o kg. Assim, a pipa de vinho genérico fica ao valor médio de 4100\$00. Se considerarmos que o Instituto do Vinho do Porto estabeleceu preços que variam de 8500\$00 a 11500\$00, ficamos com a ideia precisa da exploração de que se trata a pequena e média lavoura duriense.

Algumas soluções apresentadas para a resolução do problema, como a da Unidouro, propõem a beneficiação de 120.000 pipas, são irrealistas. A Casa do Douro não teria possibilidades de escoamento para esta quantidade e então seria o caos.

O aumento de cotas de vinho tratado, não seria resolução para o problema do escoamento dos vinhos do Douro. Tem de avançar-se numa campanha para fomentar a criação de novas cooperativas e alargar a acção das existentes. A estas caberia o papel de fazer a comercialização de vinhos de mesa, para o que seleccionaria os melhores lotes.

O vinho de inferior qualidade destinaria-se à queima para obtenção de aguardentes vínicas para o fabrico do vinho do Porto.

Outra solução, que não deve esperar por uma delimitação séria da região demarcada do Douro e que se impõe de imediato, é a eliminação de zonas que foram incorporadas na região por favoritismo político — por exemplo: Sociedade Clemente Meneres, de Mirandela, Romeu, etc.

Por outro lado, a classificação dos vinhos generosos obedece a um critério empírico que prima pelas injustiças praticadas. Em vez de se estabelecerem as classificações por zonas, deveriam antes ser estabelecidas pelo valor dos vinhos. Portanto, a classificação seria posterior à vindima e nunca ser classificada

MISSÃO OFICIAL NA UNIÃO SOVIÉTICA

Em cumprimento da missão oficial, o camarada Alvaro Cunhal, ministro sem pasta do Governo Provisório, e o comandante Conceição Silva, ministro da Comunicação Social, partirão para Moscovo na próxima segunda-feira, à frente de uma delegação que discutirá problemas relacionados com o estabelecimento do intercâmbio cultural e informativo entre Portugal e a União Soviética.

COMÍCIO DO PCP NO CAMPO PEQUENO

Realiza-se amanhã à noite, no Campo Pequeno, um grande comício do nosso Partido, promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL). Outros comícios estão igualmente programados: Hoje, às 21 e 30, no Pavilhão Gimno-desportivo da Cova da Piedade; à mesma hora, no Pavilhão do Académico do Porto. Amanhã, às 20 horas, em Alvalade, no cinema local; às 21 e 30, sessão de esclarecimento, na SFAL do Lavradio, no Barreiro. No domingo, na Moita, e às 17 horas, na praça de touros de Setúbal.

GRANDE ACTIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DE PARANHOS

A organização de Paranhos do PCP tem vindo a dedicar a sua atenção aos problemas mais graves desta freguesia. Para o efeito, começou um inquérito junto dos habitantes, principalmente em zonas mais desfavorecidas da freguesia, a fim de se inteirar das condições de vida, nomeadamente Habitação, Água, Luz e Esgotos. No que respeita à habitação foi possível constatar que na maioria esmagadora dos casos vive um elevado número de pessoas numa mesma casa de poucas divisões, havendo até casos de viverem (?) dez pessoas num só quarto, casos de sete pessoas numa barraca, de doze pessoas em duas divisões, etc. Por outro lado, um grande número de inquiridos vive em barracas (tipo casas de lata), em condições absolutamente sub-humanas. A água e a luz são também problemas que afectam a maioria dos inquiridos que se vêem na necessidade de recorrer a poucos ou a vizinhos (cerca de 26% das famílias não têm água canalizada) e grande número de famílias não tem luz. O problema sanitário é o que atinge proporções mais graves, pois, cerca de 60% dos casos contactados não têm esgotos, valetas ou qualquer espécie de saneamento, o que origina a existência de lixeiras ou de águas inquinadas nas ruas, o que constitui grandes focos de infecção.

Nota-se uma grande ausência de creches, jardins infantis, zonas verdes, bibliotecas, mercados públicos, etc.

Este trabalho ainda numa primeira fase destina-se a alertar as autoridades competentes para uma solução a curto prazo que se torna imperiosa.

Assim, a organização da freguesia de Paranhos do PCP está a concentrar os seus esforços, estudando até soluções dos problemas mais prementes dos habitantes desta freguesia.

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

A REVISTA INTERNACIONAL exprime a maneira como os Partidos Comunistas e Operários encaram os problemas da Paz e do Socialismo e dá a conhecer a actividade em que se empenham para os resolver. É uma arma importante na luta que os Partidos Comunistas e Operários travam, à luz do marxismo-leninismo, pela instauração da democracia, pela libertação nacional, pela construção do Socialismo e pela coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes.

REVISTA TEÓRICA E INFORMATIVA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc. 195500 (assinatura anual para Portugal) para Edições AVANTE! Avenida António Sampa, 26, 2.º, Esq. — LISBOA-1

Nome _____
 Profissão _____
 Morada _____
 Localidade _____

A VENDA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 SAIU O N.º 2

Edições SEARA NOVA

Perdas e Danos

o último original de

URBANO TAVARES RODRIGUES

Preço — 75\$00

Atenção Livreiros!

Atenção Centros de Trabalho!

Na próxima semana serão postos à venda

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP

aprovados no 7.º Congresso (Extraordinário)

~~~~~

Façam já as vossas encomendas para

**EDITORIAL AVANTE—Av. Santos Dumont, 57-2.º—LISBOA**

**AOS CENTROS DE TRABALHO**

Disponíveis alguns exemplares de:

**OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE**  
 3 volumes — 300\$00

**OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX-ENGELS**  
 3 volumes — 240\$00

Em Francês e Espanhol

Pedidos, com as condições habituais:

**EDITORIAL AVANTE—Av. Santos Dumont, 57-2.º LISBOA**

# DIFÍCEIS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA DE LOUÇA DE SACAVÉM

O pó, o calor e a humidade são os três factores que mais afectam as condições de trabalho na fábrica de louças de Sacavém, onde estão empregadas 1127 pessoas, nas mais diferentes secções, desde as de cerâmica — que ocupa quase três quartos do pessoal — até aos serviços administrativos. O resto do pessoal divide-se por outros sectores essenciais ao funcionamento da unidade fabril, nomeadamente metalomecânica, carpintaria, construção civil, etc.

de pé tinha uma servente para trazer os mosaicos para aqui. Agora tenho de fazer o trabalho todo. Chego à tarde com as pernas inchadas e ainda tenho que tratar da minha mãe, que é doente, e do meu marido».

### Azelejos sem fim

Num pavilhão com mais de oitenta metros de comprimento estão situadas duas linhas de acabamento

seguem dar vazão ao ambiente saturado que ali se verifica.

As peças que se partem vão para a secção de galgas (moagem de caços) para o barro ser novamente aproveitado. Anteriormente, quando os molinos não estavam cobertos, a quantidade de pó era de tal ordem que muitas vezes difícil se tornava distinguir os operários que lá trabalhavam. Agora, as condições são substancialmente diferentes mas a

### 12 pratos por minuto

Armando Albuquerque entrou para a fábrica com 12 anos e já lá está há 43. Nessa altura ganhava 2\$50 por dia. Presentemente, transporta os baldes de barro num pequeno tractor. Também sofre de silicose, descoberta há vinte e cinco anos: por isso recebe 151\$50 mensais de seguro.

Mais adiante, Maria Isabel Vitor Pascoal lamenta a sua sorte de 26 anos na fábrica de louças: «Não posso aguentar mais a máquina. A gente chega a um certo ponto que é impossível. E sei lá se tenho silicose? Todos os anos vou tirar chapas e eles dizem-me que não tenho nada, mas o que é certo é que até a falar me canso».

### A pior secção

No aerogrevo, onde são pintadas à pistola as peças de louça de mesa, as condições também não são por demais agradáveis. A uma mesa redonda, dividida em quatro sectores, o mesmo número de mulheres dedicava-se à pintura de tigelas ou outros utensílios. As máscaras que usavam chegavam ao fim do dia completamente impregnadas de tinta.

Maria Rita Neves, dos trinta e um anos da fábrica, trabalhou naquela secção a maior parte do tempo. Apanhou a silicose e, durante seis anos, teve de andar no tribunal porque o seguro não queria considerar o seu caso. Depois de muito batalhar conseguiu apenas um subsídio de dez por cento. Mas, a exploração dos trabalhadores não tem limites. Doente como está, continua a trabalhar directamente num serviço como o aerogrevo, onde a percentagem de poeiras é enorme. Aliás, o seu estado de saúde já não permite o uso de máscara na medida em que a fica ainda mais cansada. E todos os anos por esta altura sucedem as hemoptises e falta-lhe a respiração.

Mas a secção onde as condições de trabalho são mais duras é, sem dúvida, a olaria da louça sanitária. Devido às condições de manufatura das peças o meio ambiente necessita de ter uma elevada concentração de calor e de humidade, para além da terrível poeira que existe por toda a fábrica, de tal modo que a visita que lá fizemos, apesar de só ter durado um dia, foi o suficiente para termos ficado na garganta com um terrível sabor a pó.

«Se um oleiro adoce ninguém quer vir para aqui» — explicou-nos Carlos Alberto Trilho, para melhor demonstrar como as condições de trabalho são duras. Cada operário tem de ter uma produção fixa, que no caso das sanitas atinge as 32 peças e nas colunas dos lavatórios é de 50. O trabalho é pesado. Primeiro, têm de encher os moldes e, secas as peças, estas têm de ser retocadas e acrescentadas as partes que os moldes não permitem. Além disso, algumas peças como as sanitas chegam a pesar 27 quilos antes de cozidas e são os próprios operários que as transportam à mão para as prateleiras donde seguem para o forno.

É o mesmo operário que acrescenta: «Para o trabalho que fazemos os 520\$00 é pouco. A maior parte desses trabalhadores estão arrumados. É a silicose, é o reumático. Deviam dar-nos uma recompensa pelo nosso trabalho».

Na verdade a recompensa justificava-se plenamente até porque é, no momento actual, a secção que



A escolha de azelejos é feita de pé. Depois de nove horas de trabalho quase não se sentem as pernas

de azelejos. Depois de pensadas, aquelas peças são colocadas nas máquinas, que fazem uma primeira escolha e procedem a seguir à vidragem e desbaste das arestas. Até aqui o trabalho é todo automático. No final das passadeiras que transportam os azelejos o elemento humano é imprescindível. Ali, as mulheres colocam-nos em tabuleiros refractários para seguir para a estufa onde serão cozidos. Subordinadas à velocidade da máquina, as operárias não podem parar, com risco de os azelejos se amontarem, partidos, no chão, de tal modo a cadência é elevada.

A secção 75.ª dedica-se à pintura de azelejos. Estes são colocados de baixo de uma rede onde estão desenhados os enfeites. Depois basta passar a tinta com uma espátula e a pe-

poira não foi completamente eliminada.

No entanto é a partir da fabricação de pastas que se processa toda a laboração da fábrica. Naquela secção, seis homens misturam as matérias-primas que irão dar origem às louças mais variadas. Mal arrojado, o barracão fica por vezes saturado dos fumos que saem dos tubos de escape dos carros que transportam os materiais. Os dois empregados mais antigos trabalham naquela local há 23 e 31 anos respectivamente. Embora nem sempre utilizem a máscara, o exame que anualmente fazem no posto médico da companhia de seguros nunca acusou a presença de silicose. Mas nem sempre se convenceram disso, tanto mais que um deles cada vez sente mais dificuldade em trabalhar. Sugerida a hipótese de os exames passarem a ser feitos noutra local que não a companhia de seguros, ambos concordaram que seria preferível, pois a companhia pode tentar eximir-se ao pagamento do subsídio e que é obrigada no caso de terem contraído a silicose.

Devido aos fornos, no Verão, a secção de louça de mesa chega a atingir os 43 graus. O calor é insuportável. Mesmo agora, que o tempo arrefeceu, lá dentro suava-se. Máquinas automáticas fazem chévenas, tigelas e pratos. Apenas se torna necessário abastecê-las com barro fresco.

Francisco António Dias é um dos dois empregados da fábrica de louças que sabe fazer travessas. E o trabalho mais difícil e o grande problema é a vista na medida em que o torno gira a grande velocidade e torna-se cansativo verificar a perfeição das linhas de uma travessa que roda continuamente. De-

Quem passe, pois, na antiga estrada que liga Lisboa a Vila Franca de Xira e repare na fachada da fábrica dificilmente poderá imaginar o mundo complexo que se estende para além daqueles muros escuros. Centenas de homens e mulheres gastam ali, diariamente, mais de nove horas da sua existência durante cinco longos dias da semana. As condições de trabalho nem sempre são das mais favoráveis e os casos de silicose — concentração excessiva de poeira nos pulmões — apresentam-se numerosos. Mesmo assim, as pessoas que sofrem daquela doença continuam a trabalhar em serviços pesados, sem que se verifique a preocupação de compensar o seu estado de saúde. A comprovar o excesso de poeiras que andam em suspensão na atmosfera basta dizer que um automóvel estacionado em certos locais da fábrica ao fim do dia acumula uma camada de pó considerável.

Em Sacavém, temos a noção perfeita do homem accorrentado à máquina, obrigado a produzir numa cadência infernal sob pena de o ritmo se desfazer e assistirmos à destruição de tudo. Desde as máquinas que pensam azelejos ou mosaicos até às mais sofisticadas, que em poucos segundos fazem de um bloco de barro um prato ou uma tigela, tudo existe.

### A sinfonia dos mosaicos

Cinco homens trabalham na secção de prensagem de barro para mosaicos. Rotativamente, todas as semanas, um deles ocupa-se da moagem da argila atendendo a que naquele local a concentração de poeira é mais elevada. As máquinas de sucção não são suficientes para manter limpo o ambiente pelo que, apesar de usarem máscara, ao fim da manhã já a gase que serve de filtro se apresenta avermelhada por dentro. O pó fino da argila infiltra-se e uma parte aloja-se inevitavelmente nos pulmões. Aqueles operários não dão atenção ao seu trabalho, dão também a sua saúde. Além disso a tarefa tem de se fazer, rápida, sem descanso, como dizia João Ferreira Cardoso: «Não podemos descansar porque temos de abastecer as máquinas. Se nos atrasamos na parte da manhã, depois do almoço já se torna difícil». Depois de moído, o barro é carre-



Doze pratos por minuto — o homem subordinado à máquina que, insensível, não pára

gado à pé para as máquinas de prensagem. Adelaide Rosa da Silva tem 52 anos de idade e há 16 que trabalha na fábrica de louças, sempre na secção de mosaicos. É ela que nos diz: «Já não conseguimos aguentar a máquina, razão por que não a uso». Custa-lhe a respirar. No entanto o pó circula por toda a parte. Indiferente aos problemas humanos que debatemos, a máquina continua a debitar mosaicos numa cadência sem fim até atingir perto de 24 mil, a sua produção diária. Repetindo sempre os mesmos gestos as mulheres empilham-nos em tabuleiros pesados que, à medida que estão cheios, se torna necessário remover. Ao lado, na secção de azelejos, as operárias beneficiam de placas giratórias, o que lhes poupa todo um esforço físico. Na secção de escolha e empacotamento de mosaicos faz-se ouvir uma música em que os acordos são sempre os mesmos. Numas mesas os mosaicos são espalhados para escolher a cor, noutras procedem-se à escolha da qualidade para verificar se têm defeitos ou se estão partidos. O bater dos mosaicos entre si provoca uma autêntica sinfonia que se prolonga pelas outras dependências. Mas isto não é razão suficiente para que as operárias se sintam satisfeitas. Custou a Maria Assunção manifestou-se cansada e saturada de tudo. O trabalho é feito em pé e, ao fim do dia, quando não podem com as pernas. Do mesmo se queixa a sua colega do lado, Isaura Mendes Pinto, que procede à escolha da qualidade. Com 50 anos, há 28 que trabalha naquela empresa. «É uma vida», — disse-lhe. — acrescenta: «Quando me puseram a trabalhar

ela está preparada para ser cozida e depois de escolhida pronta a seguir para o mercado. O grande problema daquela secção e que afecta bastante as condições de trabalho é o intenso cheiro a tintas e que ao fim do dia provoca geralmente violentas dores de cabeça às empregadas. As três ventoinhas que existem para renovar o ar de modo nenhum con-

## UMA LUTA NOS AÇORES PLENA DE PERSPECTIVAS

Em meados de Setembro o pessoal do Hotel Falai, o mais luxuoso da Horta, no total de uma centena de empregados, realizou várias reuniões para aprovarem um caderno reivindicativo a apresentar à administração. Esta, apercebendo-se do que se passava, despediu repentinamente 2 empregados para tentar atenuar os trabalhadores. Mas eles não se deixaram intimidar — conta-nos um nosso correspondente. A notícia correu célere na ilha, pois era quase inédita: os trabalhadores entravam em greve. Tinham duas reivindicações: o caderno reivindicativo e a reintegração dos dois camaradas. Estes, no entanto, devido à sua alta qualificação, não tinham problemas em encontrar novo emprego. A luta centrou-se pois à

## CONSTRUÇÃO NAVAL NOVO CONTRATO COLECTIVO

Concluiu-se e vai ser publicado o Contrato Colectivo para 2500 trabalhadores da construção naval. As negociações directas decorreram no Ministério do Trabalho com o apoio técnico dos Serviços de Acção Social. Nelas participaram, desde 26 de Setembro até 22 do

corrente, o Sindicato dos Operários da Construção e Reparação Naval e o Grémio Nacional dos Industriais do mesmo sector.

As categorias profissionais de menores salários tiveram aumentos médios da ordem dos 70 por cento. Houve remunerações que passaram de 3900\$00 para 6600\$00. O contrato anterior, que vigorava desde Agosto de 1972 sofreu alterações importantes não só no que respeita a salários, mas também a férias, subsídios correspondentes e regime de faltas. Enquanto no contrato anterior as férias eram escalonadas, mais ou menos de acordo com a lei geral fascista, não indo além dos 18 dias anuais, os trabalhadores terão agora 28 dias de férias pagas a 100 por cento. Ao contrário do que sucedia anteriormente, o novo contrato obriga ainda ao pagamento de um mês de ordenado com subsídio de Natal.

conseguir aguentar monetariamente a fábrica, e a produção diária é insuficiente para as constantes encomendas.

Esta uma panorâmica dos principais problemas da fábrica de louças de Sacavém, onde trabalham 434 mulheres e 693 homens, dos quais 17 menores femininos e 34 masculinos. Relativamente aos ordenados, os operários especializados ganham 520\$00 e outros 504\$00; quanto às operárias ganham respectivamente 4520\$00 e 4120\$00; os menores têm o ordenado uniforme de 386\$00. Os sindicatos que representam os trabalhadores da fábrica são presentemente catorze.

## OS TRABALHADORES DA ITT UNIDOS FACE À AMEAÇA DE DESPEDIMENTOS

A fim de a Comissão de Delegados Sindicais da ITT Semicondutores poder conduzir as negociações com a administração da empresa relativamente à proposta apresentada de redução de trabalho e despedimento de grande número de pessoal reuniu-se na tarde do passado dia 17, no Pavilhão dos Desportos de Cascais um plenário com mais de mil trabalhadores da ITT.

O problema, que neste momento afecta quase dois mil trabalhadores, começou quando, no dia 2 deste mês, foi enviada ao Ministério do Trabalho pela ITT Semicondutores uma proposta com o objectivo de reduzir a produção da fábrica de Cascais «para os níveis requeridos pelas actuais condições do mercado internacional».

No prosseguimento da exposição a defender a inicia-

tiva, a qual no caso de ser aprovada deveria entrar em vigor a partir do dia 7, a administração acrescentava que dentro deste esquema todo o pessoal directo, com horários de turnos, passaria a trabalhar em semanas alternadas, recebendo o salário mínimo nacional; por sua vez o pessoal indirecto, com horários de turnos, obedeceria igualmente às condições atrás descritas, com a excepção de receber apenas 60 por cento do seu ordenado mensal ou 3300\$00, conforme o que fosse maior. Por outro lado, a empresa seria autorizada a demitir 150 trabalhadores indirectos à medida que se tornassem desnecessários para o trabalho. Finalmente e demonstrando uma magnanimidade sem limites o ponto sétimo da proposta da administração acrescentava: «A fim de que a empresa possa, tão

rapidamente quanto possível, atingir o número de pessoas requeridas «elas actuais condições de mercado, propõe-se o pagamento a todos os trabalhadores que peçam a demissão da empresa durante as primeiras quatro semanas após o início do programa de uma indemnização equivalente a três meses de ordenado básico ou o pagamento da indemnização legal que receberiam se fosse a empresa a demitir, conforme a quantia que for maior». Isto é, os empregados é que se despediam e a ITT ficava sem despendenhar aquele odioso papel.

Esta proposta fora apresentada directamente ao Ministério do Trabalho que, imediatamente, a deu a conhecer ao Sindicato dos Electricistas de molde a que este organismo, conjuntamente com os trabalhadores,

se pudesse pronunciar de posse de ter sido enviada uma nota ao Ministério pelo Sindicato, onde se fazia notar a falta de dados justificativos das medidas enunciadas de que a proposta enferma, realizou-se, então, o plenário dos trabalhadores os quais, por esmagadora maioria, aprovaram uma moção em que era considerada a confiança que a Comissão de Delegados Sindicais da empresa merecia como representante e defensora dos interesses dos trabalhadores e se tinha em conta que a discussão ampla e pormenorizada, durante o plenário, de propostas concretas para serem apresentadas nas negociações com a administração tinham o grave inconveniente de dar a conhecer antecipadamente aos patrões o que se lhes ia propor dando-lhes tempo de contrariarem os intentos dos trabalhadores.

Por este motivo foi renovada a confiança na Comissão Sindical que passa a beneficiar de poderes para conduzir as negociações tendo em vista obter os melhores resultados nas negociações em curso, devendo, contudo, informar detalhadamente todos os trabalhadores dos passos que forem dados.

A mesma assembleia aprovou ainda, o envio de um telegrama ao Presidente da República, general Costa Gomes, que no dia seguinte iria ter conversações com o presidente norte-americano, para o informar das manobras que aquela multinacional, com sede nos Estados Unidos, pretende desenvolver no nosso País.

A ITT tem em Portugal vastos interesses económicos (Oliva, Rabor, Hotel Sheraton, entre outros) e os trabalhadores sabem muito bem do que a tristemente célebre ITT é capaz, recendo que isto possa ser exactamente o início de um processo de sabotagem semelhante ao que, em conjugação com a CIA, desenvolveu no Chile, tanto mais que o critério que levou a ITT Semicondutores a instalar a sua fábrica em Portugal, há sete anos atrás, como uma divisão da Standard Electric foi o aproveitamento das facilidades então concedidas pelo governo socialista, que não punha quaisquer entraves à exploração desenfreada dos trabalhadores pelo imperialismo mundial.

Mas os trabalhadores estão vigilantes e unidos na defesa dos seus interesses, que neste caso se resumem ao direito ao trabalho, que segundo um dos oradores no plenário não pode ser negociado.

## TRABALHADORES DO HOTEL ALVOR LUTAM PELO DIREITO AO TRABALHO

A Torralta, Clube Internacional de Férias, poderoso império do mundo do turismo, que engloba vários hotéis e terrenos no Algarve, um na serra da Estrela, uma estância turística em Tróia e herdades no Alentejo, contando com seis empresas associadas e mantendo estreitas ligações com outras, sobretudo com a Petrofina, continua a sua expansão sob o lema «uma sociedade para todos». Só que na acção se revela que nessa sociedade para todos não cabem aqueles que com a sua força de trabalho ergueram as unidades de luxo desta empresa tentacular.

As populações, ainda que não neguem que o turismo pode constituir um motor de desenvolvimento, assistiram e sofreram nas suas possibilidades de subsistência o incremento turístico, tal como se processou durante o fascismo. Encarecimento acelerado dos produtos de primeira necessidade e sua escassez, desmantelamento das indústrias e outras actividades locais na medida em que todo o investimento se canalizava para empreendimentos turísticos aos quais nunca a população portuguesa trabalhadora pôde aceder.

A Torralta surgiu e alargou-se neste contexto, lançando-se nos últimos anos numa desenfiada política de aquisição de unidades hoteleiras e empreendimentos de luxo. Um breve resumo das sociedades com as quais mantém ligações dão-nos ideia do poderio alcançado por esta liberalizante sociedade turística cujas delícias apenas se aprofundam a alta burocracia: Anglorip, Intercal Retur, Rochazul, Turistrela, Hotelcar, Interplan, Sointal constituem o conjunto das sociedades ligadas ao turismo ou ao sector imobiliário que engrossam o poder da Torralta.

«Avante!» — Foi então que começaram a agir numa reacção de conjunto?

«Claro que perante as manobras da administração não podíamos continuar de braços cruzados. Formou-se uma comissão de trabalhadores, organizou-se um plenário que reuniu mais de 350 trabalhadores, que apoiaram o caderno reivindicativo elaborado e as formas de luta necessárias à conquista dessas reivindicações, cujos pontos essenciais visam a reintegração dos trabalhadores despedidos, o fim de despedimentos sem justa causa e a devolução das regalias anteriormente adquiridas. Enviámos um comunicado aos órgãos de informação e para lá a administração suspendeu os despedimentos. Reuniremos em breve com a administração e vamos discutir o caderno reivindicativo».

### Confiança na unidade dos trabalhadores

Se após o 25 de Abril, os anúncios publicitários da Torralta se esmeraram em espalhar os seus demagógicos propósitos sociais, na prática os trabalhadores verificam que a expansão desta empresa se faz com absoluto desprezo dos seus direitos e interesses. A demonstrá-lo, os

acontecimentos do Hotel Alvor, unidade de luxo adquirida recentemente pela Torralta, cuja administração ao iniciar a sua actividade criou um clima de tensão, que levantou de imediato reacção dos trabalhadores. Apenas esta reacção impediu mais abusos do poder por parte da administração da Torralta no Hotel Alvor. No entanto, o problema não se encontra resolvido. Das suas origens e estado actual, trabalhadores do Hotel Alvor falam ao «Avante!»:

«A administração começou por retirar alguns direitos adquiridos anteriormente, nomeadamente a remuneração integral no caso de falta por doença. Além disso, alguns trabalhadores foram coercivamente «convitados» à colocação noutras empresas do grupo.

Inicialmente a nossa reacção foi fraca e limitou-se a casos isolados. Talvez por isso a administração sentiu que podia ir mais longe e começou com despedimentos. Foram dez em série e aditivavam-se mais umas largas dezenas.

«Avante!» — Foi então que começaram a agir numa reacção de conjunto?

«Claro que perante as manobras da administração não podíamos continuar de braços cruzados. Formou-se uma comissão de trabalhadores, organizou-se um plenário que reuniu mais de 350 trabalhadores, que apoiaram o caderno reivindicativo elaborado e as formas de luta necessárias à conquista dessas reivindicações, cujos pontos essenciais visam a reintegração dos trabalhadores despedidos, o fim de despedimentos sem justa causa e a devolução das regalias anteriormente adquiridas. Enviámos um comunicado aos órgãos de informação e para lá a administração suspendeu os despedimentos. Reuniremos em breve com a administração e vamos discutir o caderno reivindicativo».

## LUTA NA SORETRI PELO SALÁRIO MÍNIMO

Cento e vinte trabalhadores da fábrica Soret, na Rua da Venda Nova, 295, em Rio Tinto, estão em greve.

O problema arrasta-se desde o passado dia 11, quando, ao meio-dia, os operários (40 homens e quase 80 mulheres) decidiram efectuar uma paralisação do trabalho até que os patrões se atendessem nas suas justas reivindicações que neste caso é o pleno cumprimento do legalmente estabelecido: pagamento a todos os trabalhadores do salário mínimo.

A fim de tentar solucionar o diferendo, tiveram lugar várias reuniões entre os delegados sindicais, o sindicato e os patrões. Como tivessem saído goradas estas negociações, o pessoal deu-lhes entrada em greve, mantendo-se permanentemente a entrada das instalações fabris.



ASSINA O "AVANTE!"